



JOSÉ LUÍS MUIAMBO

**IMPACTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO E DO
INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA ECONOMIA
DE MOÇAMBIQUE, 1995-2017**

Orientador: Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2022

JOSÉ LUÍS MUIAMBO

**IMPACTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO E DO
INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA ECONOMIA
DE MOÇAMBIQUE, 1995-2017**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do grau de mestre no Curso de Mestrado em Economia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, perante o júri, com o Despacho de Nomeação N° 35/2022, de 24 de fevereiro de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Ana Cristina Freitas Brasão;

Arguente: Prof. Doutor Miguel Nuno Vieira de Carvalho Abreu Varela;

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Manuel M. de Moraes Sarmento Ferreira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2022

ÍNDICE

Introdução	1
Enquadramento e relevância do tema	1
Objetivos da dissertação e pergunta de partida.....	2
Estrutura da dissertação	3
Capítulo 1- Enquadramento teórico	6
1.1 Importância do Produto Interno Bruto (PIB).....	9
1.2 O papel de Investimento Público.....	10
1.3 O papel do IDE na economia	13
Capítulo 2 – Metodologia	15
2.1 O método quantitativo.....	15
2.2 O método qualitativo	17
2.1.1 O Quantitativo	18
2.2.2 O Qualitativo	19
2.3 Objetivos gerais.....	19
2.4 Modelo de análise.....	20
Capítulo 3 - Moçambique.....	21
3.1 Principais desafios	38
Capítulo 4 - Estudo de caso.....	42
4.1 Estimação do modelo.....	43
4.1.1 Interpretação do modelo	44
4.2 Teste da Correlação.....	45
4.3 Significância global do modelo	45
4.4 Teste de normalidade dos resíduos	46
4.5 Teste de White para Heterocedastidade	47
4.6 Teste de causalidade de Granger.....	49

4.7 Análise da Covariância.....	54
4.8 Análise de Autocorrelação	54
4.9 Estacionaridade da função.....	55
Conclusão	57
Referências	62

Índice de Figuras

Figura 1: Etapas do Procedimento	3
---	---

Índice de Tabelas

Tabela 1: Contribuição de cada setor para o PIB (Moçambique)	14
Tabela 2: Distribuição da população por escalões etários (2021)	22
Tabela 3: Evolução da balança comercial	26
Tabela 4: Evolução da taxa de crescimento da economia moçambicana (PIB real)	26
Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano e suas componentes	29
Tabela 6: IDH de vários países e diversos continentes	30
Tabela 7: Pressupostos macroeconómicos, principais indicadores	38
Tabela 8: Valores em % do PIB	42
Tabela 9: Estimação do modelo	44
Tabela 10: Teste de Heterocedastidade /Homocedasticidade	48
Tabela 11: Teste de causalidade de Granger	49
Tabela 12: Valor estimado com inclusão da variável tempo	55

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Pirâmide populacional de Moçambique (2021)	22
Gráfico 2: PIB per capita (US\$) – Moçambique	24
Gráfico 3: Taxa de desemprego em Moçambique (%)	27
Gráfico 4: Taxa de desemprego por idade e localização.....	28
Gráfico 5: Evolução do PIB	31
Gráfico 6: Curva de Lorenz.....	32
Gráfico 7: PIB real	33
Gráfico 8: Evolução dos fluxos de IDE para Moçambique.....	34
Gráfico 9: Evolução do IDE por dimensão (USD milhões).....	35
Gráfico 10: Repartição do total alocado pelo orçamento do Estado nos setores prioritários.....	36
Gráfico 11: Despesas de saúde e educação previstas no orçamento para os setores prioritários, 2010 – 2016 (% do PIB).....	37
Gráfico 12: Crescimento da população por idades.....	39
Gráfico 13: IDE (milhões de USD).....	41
Gráfico 14: Densidade, normalidade resíduos	46
Gráfico 15: Evolução das variáveis Y (I, IDE)	50
Gráfico 16: Investimento Direto Estrangeiro (% PIB).....	51
Gráfico 17: Os setores dos serviços e das indústrias extrativas contribuem cada vez mais para PIB	52
Gráfico 18: Verificar se existe autocorrelação.....	54

Resumo

Com esta reflexão pretende-se demonstrar que o investimento em Moçambique apesar de muitos instrumentos de programação e planificação, não passam de meras intenções, pois ele apresenta-se em contraciclo, é evidente que o governo tem optado em desinvestir em áreas consideradas chave (Infraestruturas, Agricultura, I&D, Tecnologia). É notória a aposta do governo apenas na indústria extrativa, com um aumento do IDE contra a redução do investimento público. Logo, este último torna-se um fator de impacto negativo ou insignificante, deixando a economia debilitada em função de terceiros, pois quando o governo se focaliza apenas na indústria extrativa, evidentemente que base da sua exportação são as *commodities*, e isso traz repercussões estruturais na economia de um país, uma vez que os preços destes produtos são definidos no mercado internacional, e nos últimos 5 anos temos verificado uma redução significativa das receitas dos países exportadores de matérias primas, logo o PIB real vai decrescendo, como se constata desde 2016, como resultado da redução de receitas obtidas das exportações destes produtos. Em suma, é urgente uma mudança de paradigma nas áreas de investimento, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia, e outras de conhecimento, diversificando a economia, pois como se sabe, apesar do IDE ser um financiamento importante, este por si só, não gera riqueza na economia. Associando a estas questões, os investidores beneficiam de isenções fiscais de médio e longo prazo o que se traduz em menos ganhos para a economia nacional. Existem outros fatores que não abonam a favor de Moçambique, nomeadamente, a instabilidade política e a má gestão das finanças públicas, com as descobertas das dívidas ilegais no passado recente entre 2013-2015, que originou desconfiança e afastamento de muitos parceiros programáticos do orçamento do Estado e credores/financiadores da economia, gerou-se algumas dificuldades para o refinanciamento da sua economia entrando em *default* em 2017. Quanto ao investimento público, não tem correspondido ao que tem sido planeado nos instrumentos de planificação, deveria ser em áreas produtivas de modo a acrescentar valor ao IDE desenvolvendo o setor secundário e consequentemente o impacto do IDE com os investimentos adequados em áreas chave da economia, tornaria a economia mais robusta e consistente com uma trajetória melhor de crescimento.

Palavras-chave: investimento direto estrangeiro, investimento público, exportação, tecnologia, crescimento económico, produto interno bruto, Moçambique.

Abstract

This document intends to demonstrate that investment in Mozambique, despite many programming and planning tools, is not more than mere intentions, as it presents itself in a counter-cycle, it is evident that the government has chosen to divest in areas considered to be key (I&D, technology, agriculture, infrastructure). The government's bet on the extractive industry is notorious, with an increase in FDI against the reduction of public investment, so the latter becomes a factor of negative or insignificant impact, leaving the economy weakened due to third parties, because when the government focuses only on the extractive industry, evidently the basis of its exportation is commodities, and this has structural repercussions on the economy of a country, since the prices of these products are defined in the international market, and in the last 3 years of the period under analysis we have seen a reduction significant increase in revenues from countries exporting raw material, so real GDP is decreasing, as seen since 2016, as result of the reduction in revenues obtained from exports of these products.

In general, there is an urgent need for a paradigm shift in the areas of investment, research and development, technology, and other areas of knowledge, diversifying the economy, as we know, although FDI is an important financing, this in itself does not generate wealth in economy. In association with these issues, investors benefit from tax exemptions in medium and long term, which translates in less gains for the national economy. There are other factors that do not pay in favor of Mozambique, namely, political instability and poor management of public finances, with the discoveries of illegal debts in the recent past in 2015, which caused mistrust and withdrawal of a lot of programmatic partners from the state budget and creditors /financiers of the economy, there were some difficulties for the refinancing of its economy, going into default in 2017. As for public investment, it has not corresponded to what has been planned, it should be in productive areas in order to add value to FDI by developing the secondary sector and consequently the impact of the FDI with adequate investments in key areas of the economy would make her robust and consistent with a better growth trajectory.

Key words: foreign direct investment, public investment, export, technology, economic growth, gross domestic product, Mozambique.

Agradecimentos

É um facto que um trabalho de investigação implica uma trajetória marcada por desafios, sacrifícios, devoção e dedicação que levado ao extremo poderá por vezes levar a angústia devido à incertezas e dificuldades que vão surgindo ao longo do trajeto.

Calcar este trajeto, só foi possível, com a colaboração incansável das pessoas que me acompanharam, especialmente o meu orientador, senhor Professor **Doutor Eduardo Moraes Sarmiento** que se mostrou disponível e atencioso, dedicando-se inteiramente com um rigor científico e exigência desmedida com o seu sentido oportuno, permitindo a realização desta obra que merece desde já um desmesurado agradecimento. Todavia não gostaria de excluir o apoio dos demais, exceccionalmente o da minha Mãe, Esmeralda Nhatitima, da minha esposa Edna Matsinhe, de filhas e amigos que com os seus conselhos e confiança depositadas em mim, não seria possível a conclusão desta obra.

A realização desta dissertação, veio a revelar-se uma experiência ímpar, pelas diversas etapas deste percurso, apesar de me ter retirado inúmeras horas de lazer e me ter isolado das minhas filhas, é com imenso prazer que assumo saudavelmente esta honra de partilha deste resultado com todos aqueles que incondicionalmente se mantiveram crentes e com palavras de encorajamento para que terminasse este percurso com sucesso.

Finalmente, agradecer a todas pessoas que me incentivaram repetidamente para que este sonho se tornasse realidade, mantendo as minhas emoções controladas, apesar das saudades de minha terra tão distante Maputo-Moçambique.

Lista de abreviaturas e siglas

BM Banco de Moçambique

BP Banco de Portugal

CGE Conta Geral do Estado

FMI Fundo Monetário Internacional

I&D Investigação e Desenvolvimento

IDE Investimento Direto Estrangeiro

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INE Instituto Nacional de Estatística

MEF Ministério da Economia e Finanças

MT Meticais

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

PIB Produto Interno Bruto

PII Programa Integrado de Investimento

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SADC Comunidade para Desenvolvimento da Africa Austral

UNCTAD *United Nations Conference on Trade and Development*

Introdução

Enquadramento e relevância do tema

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar Moçambique, uma economia em vias de desenvolvimento que se tem deparado ao longo da sua história com diversos estrangulamentos que em última instância podem condicionar ou limitar a desejável capacidade de desenvolvimento do País. Urge, pois, analisar mais concretamente uma questão que tem sido debatida nos últimos tempos, pela expectativa de resultados e que tem tentado responder a várias solicitações emanadas de vários quadrantes da sociedade, quando se questiona os montantes investidos pelo governo na educação, saúde, desporto, agricultura, cultura e outras áreas afins, surge muitas vezes a questão de tentar-se verificar que melhorias /ganhos esses investimentos trouxeram para a economia moçambicana.

Neste contexto, pretende-se com esta dissertação refletir sobre a relação existente entre investimento público, o investimento direto estrangeiro e a economia deste País.

Nesta conjuntura, antes de mais, importa salientar que o processo de investimento público, tem como base a afetação de recursos em áreas produtivas. Como se podem materializar estes objetivos?

A materialização destes intentos, requer uma política bem delineada ou planificada, entre os diversos setores de modo a fortalecer a economia, quiçá o seu crescimento, com projetos integrados e melhorar a vida da população, daí o governo ter posto em prática vários planos, desde o plano quinquenal do governo (PQG), plano integrado de investimento (PII) e a ENDE (Estratégia Nacional de Desenvolvimento). Estes instrumentos permitem captar investimento direto estrangeiro para a economia. Acredita-se que através do investimento seja ele estrangeiro ou público, ou privado, possa criar um dinamismo na economia moçambicana, mas mais adiante saber-se-á se efetivamente esta eventual aposta do governo, por si só poderá criar alguma onda de choque positiva, capaz de provocar um crescimento económico na economia.

Objetivos da dissertação e pergunta de partida

Como ponto de partida, e como descreveremos no capítulo próprio, podemos desde já antecipar ou salientar que a economia moçambicana tem estado muito dependente dos gastos públicos. Deste modo, não é estranho que o investimento esteja a ser realizado à custa tanto do financiamento interno como do financiamento externo. Este afigura-se como essencial para o início de um processo tanto de crescimento como de desenvolvimento, podendo para o efeito, utilizar-se métodos inovadores, para o sucesso destas políticas, criando consciência de poupança e crédito externo, como forma de potenciar a economia e concretizar os projetos.

Sendo Moçambique uma economia em desenvolvimento, com relativamente poucos anos de economia de mercado, importa salientar que o Estado tem aparecido como o principal empregador, com um tecido empresarial ainda pouco consistente e onde existe uma atividade comercial paralela que detém um peso grande nesta sociedade.

Como prioridade do governo, segundo um dos instrumentos de orientação de longo prazo, nele identifica-se claramente as áreas que devem merecer algum cuidado em termos de prioridade. Neste contexto, vemos que ultimamente o governo tem olhado com mais atenção para áreas distintas e que se encontram plasmadas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035:

- Educação;
- Saúde; e
- Infraestruturas.

Estas áreas foram eleitas pelo governo nos vários planos traçados, como acontece com o Plano Quinquenal do Governo (PQG) e Plano Integrado de Investimento (PII). São consideradas áreas que podem provocar uma melhoria na economia pelo seu efeito de arrastamento, ou seja, investindo nestas áreas tidas como áreas produtivas, poder-se-ia obter uma economia mais consistente e integrada.

Mais adiante, veremos de que forma estas áreas têm sido beneficiadas e qual o impacto desse investimento.

Nesta reflexão, induzir-se-á ao esclarecimento ou perceção das políticas implementadas, se vão de acordo ao anseio da população e ao mesmo tempo contribuir para o crescimento económico.

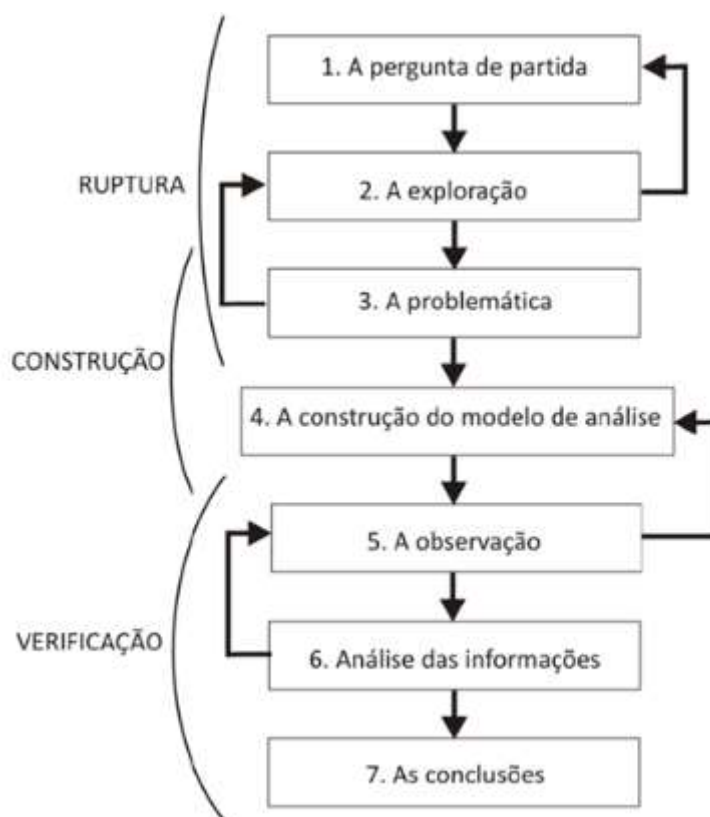
Assim sendo, como melhor descrito na secção seguinte, propomos as seguintes perguntas de partida para este trabalho:

- (i) Qual é a relação entre o impacto da variável independente (investimento) na variável dependente (PIB), para se verificar de que forma a economia moçambicana está a ser influenciada por esta rubrica e.
- (ii) Qual tem sido o impacto das políticas implementadas pelo governo?

Estrutura da dissertação

A organização deste trabalho suporta-se nos autores Quivy e Campenhoudt (2018) que preconizam que a prossecução de um trabalho científico de investigação deverá ser composta por 3 fases e diversas etapas, conforme se descreve mais pormenorizadamente na figura seguinte.

Figura 1: Etapas do Procedimento



Fonte: Adaptado de Quivy e Campendhout (2018)

O horizonte temporal abordado nesta dissertação ocorre entre o período de 1995 a 2017, donde queremos obter respostas da grande questão. Terminamos em 2017 porque estatisticamente não conseguimos dados já fechados de anos mais recentes. Isso não obsta a que este trabalho, não faça de qualquer das formas uma descrição até 2020 sempre que possível.

Neste contexto, na sequência do que foi anteriormente exposto, esta dissertação procura responder à seguinte questão de partida:

Será que a economia em Moçambique está a ser afetada pelo comportamento do investimento público e /ou do investimento direto estrangeiro?

No âmbito desta pergunta de partida, podemos de forma mais específica referir que se pretende atingir os seguintes objetivos:

- Criar um modelo que observe o impacto da variável independente (investimento) na variável dependente (PIB), para podermos verificar de que forma a economia moçambicana está a ser influenciada por esta rubrica.
- Analisar de forma qualitativa, o impacto das políticas implementadas pelo governo.

Ao longo deste trabalho tentar-se-á responder a esta questão e aos seus objetivos, sendo que podemos desde já afirmar que ele não é um tema fechado pois futuramente abre-se espaço para mais investigações, debates e contribuições para a melhoria de políticas governamentais em Moçambique.

De forma sucinta, podemos referir que a metodologia de investigação adotada se centrou num método científico misto, que iremos descrever mais em pormenor em capítulo próprio. Em termos de revisão de documentos oficiais para o trabalho ele tanto se baseia no uso de documentos e manuais oficiais promovidos pelo governo bem como de outras entidades internacionais de forma a complementar esta informação. Neste sentido, recorreu-se a estudos do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Nações Unidas entre outros. No fundo, toda esta informação pretende servir de base para se conseguir compreender a relação entre economia e o investimento e vice-versa no caso concreto de Moçambique.

Neste sentido, para responder aos nossos objetivos, estruturou-se a presente dissertação em quatro (4) capítulos principais, que passamos a descrever de forma sintética.

O primeiro capítulo tem como principal objetivo proceder ao enquadramento teórico da temática através de uma cuidada revisão da literatura sobre o tema em questão, procurando-se efetuar uma discussão histórica, isto é, que procure mostrar a evolução da discussão subjacente à temática.

De forma mais específica, podemos afirmar que relativamente a este capítulo, apresentam-se alguns dos conceitos relativos ao produto interno bruto e à sua importância, bem como do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e sua importância na economia, incluindo o investimento público.

O segundo capítulo centra a sua análise nos métodos e metodologias aplicadas para apresentação deste trabalho, através da utilização de métodos combinado de análise qualitativa e quantitativa.

Por um lado, o método qualitativo é relevante pois ele centra-se na identificação de tendências e análises de pesquisa e marcação de estratégias através dos dados coletados e dos estudos já existentes.

Por outro lado, o método quantitativo baseado na observação, quantifica o problema através da sua dimensão e acompanha o seu comportamento, como posteriormente mais adiante iremos apresentar no próprio capítulo. Desta forma, a interação entre ambos valoriza as conclusões do presente trabalho tornando-as mais robustas.

O terceiro capítulo, apresenta uma caracterização do país nas várias vertentes, desde a situação política, económica e social e a sua importância geoestratégica da região, dada a sua localização privilegiada na SADC.

O quarto e último capítulo, abarca alguns testes elaborados de modo a confirmar-se a evolução da economia, para poder-se concluir através destes, qual o comportamento destas variáveis para contribuição ou não do crescimento económico.

Finalmente, para terminar a dissertação, chegaremos às conclusões e às linhas de investigação futuras.

Capítulo 1- Enquadramento teórico

Este capítulo tem como principal objetivo descrever de forma estruturada alguns dos principais conceitos utilizados nesta dissertação para melhor se enquadrar e posteriormente compreender os efeitos dos mesmos na economia moçambicana.

Muitas economias, recorrem permanentemente à política fiscal expansionista como forma de criar dinamismo para o crescimento económico principalmente em épocas de recessão, o que pode constituir uma controvérsia sob o ponto de vista dos objetivos a atingir. Este paradigma foi defendido sobretudo pelos neokeynesianos (Friedman, 1962; Lucas & Sargent, 1981). Segundo os neo-keynesianos, verificou-se que aquando da injeção dos gastos públicos para estimular a economia, porquanto esta medida pode em alguns casos apresentar efeitos adversos. Caso esse estímulo fiscal seja obtido à custa de crédito, poderá provocar um abrandamento de investimento no setor privado, face ao aumento da taxa de juro no mercado que causará um efeito denominado de *crowding out*, colocando o setor privado em dificuldades, originando uma contração no setor privado, deixando o privado de contratar e suscetível de agravar o desemprego.

Esta questão só se pode considerar polémica para economias pouco desenvolvidas de baixa renda, pois sabe-se que as economias pouco desenvolvidas se caracterizam por défices permanentes, resultantes de gastos excessivos superando mesmo o que se arrecada em termos fiscais, o que origina recursos constantes ao financiamento.

Quando se opta pela implementação desta política, ela pode revelar-se insustentável, gerando uma situação de “círculo vicioso” onde se vai acumular dívida e agravar a dívida pública e os juros, pelo risco de insustentabilidade desta dívida, o credor impõe um custo maior da taxa de juro.

Para Keynes com a formulação do modelo que estabelece a igualdade entre a oferta agregada e a procura agregada, poderá explicar melhor estes efeitos, pois esta igualdade só ocorre quando existe equilíbrio no mercado, pois caso a oferta agregada seja superior a procura agregada, a tendência é sempre estimular a procura agregada para minimizar ou anular o desequilíbrio em questão. Neste diapasão Keynes (1936), explica a expansão do produto através do efeito multiplicador sustentando a sua ideia no seguinte modo:

- O governo com os seus gastos adicionais, sejam em projetos ou em infraestruturas governamentais, poderia concorrer para criação de emprego, logo por via disto um aumento da procura agregada.

Esta teoria é controversa, visto que existem economias diversas e para economias diferentes os resultados podem não ser semelhantes.

Segundo Keynes, a teoria do consumo e do multiplicador, juntamente com a perceção do papel da incerteza na dinâmica de uma economia monetária, o multiplicador não é infinito, pois da renda recebida, o gasto vai-se diminuindo pela poupança que alguns realizam, conforme “*The General Theory of Employment, Interest and Money*” Keynes, (1936).

Nem sempre o crescimento de uma economia deve optar por este instrumento da política fiscal para expandir o produto e aumentar a procura agregada, existem outras alternativas, pois segundo Dollar e Kraay (2002), estes defendiam acordos políticos e cooperação entre os Estados, tal como a globalização e assim a economia poderia naturalmente expandir-se. De acordo com a obra editada no *Journal of Economic Growth*, “*O crescimento é bom para os pobres*”, Dollar e Kraay (2002) preconizam que nos últimos 20 anos se verificaram mudanças significativas em algumas economias em desenvolvimento, com o registo de aumentos da atividade comercial e o declínio das tarifas, fez com que as nações que abraçaram a globalização, conseguissem crescer mais rapidamente, aproximando-se das economias ricas, graças a mudanças significativas em famílias de baixa renda que de forma acelerada reduziram a pobreza através da atividade comercial, e por arrasto a redução da pobreza.

Segundo Francisco Dinis (2010) na sua obra *O Crescimento e Desenvolvimento Económico*, uma economia pode crescer mais depressa através do progresso tecnológico, pois os fatores produtivos como trabalho e capital, apresentam algumas limitações, podendo ser aumentados e mesmo assim a economia registar uma inércia, logo a inovação tecnológica poderá fazer diferença.

Abordar-se-á nesta reflexão, teorias clássicas e neoclássicas, adotadas a era contemporânea de forma a estabelecer-se a ponte entre as políticas adotadas na década 90 do século passado, até ao século atual.

Em relação ao investimento direto estrangeiro, que tem sido um grande impulso para o crescimento de algumas economias através desta grande abertura dos países com a globalização, muitos países têm criado condições para atrair os mesmos. O IDE que se pode definir como sendo um investimento além-fronteiras associado a participação de multinacionais em ações, exercendo controlo ou influência nas empresas locais associando-se aos residentes do país de destino ou beneficiado, onde o investidor passa a deter pelo menos 10% do capital ou direitos de voto de uma empresa residente noutro país, segundo o relatório do investimento mundial da UNCTAD (2021).

Segundo Mayrhofer & Prange (2015) o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) define-se como sendo a parte de um empreendimento multinacional que detém ativos e participações nas empresas estrangeiras com atividades de valor acrescentado, investindo-as diretamente.

De acordo com Leitão & Raseki (2013), uma economia poderá atingir um maior crescimento económico através do IDE no longo prazo se e só se for acompanhado no país de destino pela implementação de tecnologia, mão de obra qualificada, pois se assim não for, o impacto deste investimento resume-se a efeitos de curto prazo. Antecipando a nossa discussão, mais adiante poderemos ver para o caso de Moçambique que pelo facto de não existir uma cadeia de valor, o seu impacto torna-se diminuto.

Porém, pode-se acrescentar que estas teorias não são novas, na medida em que Robert Solow (1956) já havia levantado questões de crescimento consistente e de longo prazo, onde elegeu alguns fatores básicos sustentados pela tecnologia, capital, e pesquisa e desenvolvimento, explicando que só é possível de facto atingir-se esse crescimento a partir da acumulação de capital.

A importância do IDE no modelo de crescimento, presume que este promova o crescimento económico pelo volume de investimento aplicado no país de destino, e se aplicado com eficácia e com as condições necessárias para a sua absorção, causará um impacto positivo e poderá contribuir em cadeia para o crescimento e desenvolvimento do país anfitrião, desde que este, detenha mão de obra qualificada, infraestruturas, contribuindo para a difusão das tecnologias trazidas pelas nacionais dos países investidores para os menos desenvolvidos, conforme preconiza Borensztein et al., (1998).

1.1 Importância do Produto Interno Bruto (PIB)

Segundo Samuelson e Nordhaus (1992) o Produto Interno Bruto indica, que se trata de um indicador bastante utilizado na macroeconomia para quantificar a atividade económica de determinado país ou região.

No entanto, segundo a mesma fonte, é necessário fazer-se a destrição entre PIB nominal e o real, sendo que o primeiro refere-se ao valor do PIB calculado a preços correntes, isto é, tendo em conta o ano de produção e comercialização, enquanto o segundo é calculado a preços constantes, fixando-se o ano base para calcular o PIB expurgando o efeito inflação. De forma a calcular-se o PIB de forma consistente, o mais aconselhado será o PIB real.

Ainda de acordo com a mesma fonte Samuelson e Nordhaus (1992), pode-se apresentar de forma as diversas formas de calcular o PIB, nomeadamente pela ótica da despesa, da oferta e do rendimento.

- i. **Ótica da despesa**, estão incluídas despesas de consumo privado, consumo público, investimento de empresas e exportações líquidas que matematicamente, se pode apresentar do seguinte modo $PIB = C + G + I + X - M$ (Consumo, Gastos, Investimento, Exportações e Importações), com uma nota relativamente ao investimento que se traduz em formação bruta de capital fixo mais as variações de estoque.
- ii. **Ótica da oferta**, o PIB é calculado a partir da produção de cada empresa dentro do território nacional, esta produção é denominada de valor acrescentado bruto, que adicionado a diferença entre impostos e subsídios sobre o consumo geram o produto interno bruto nesta ótica.
- iii. **Ótica do rendimento**, obtido a partir de rendimento de fatores produtivos das empresas, pois trata-se do somatório do fator produtivo trabalho e outros fatores produtivos, que nas contas nacionais aparece inserido no excedente bruto de exploração.

Desta forma, podemos concluir que o PIB representa a riqueza gerada num país num determinado período de tempo, ou seja, o total de bens e serviços produzidos dentro das fronteiras desse mesmo País ou Estado durante um período de tempo Samuelson e Nordhaus (1992).

Porém, a qualidade desta riqueza não é levada em conta, pois não é possível distinguir-se a distribuição de renda entre ricos e pobres. O PIB também ignora externalidades, na medida em que, se a riqueza arrecadada é à custa de um desbravamento florestal, com danos no meio ambiente, nunca se tem em conta esses aspetos relacionados com uma gestão danosa ambiental.

1.2 O papel de Investimento Público

Conforme já referenciado, esta dissertação pretende aferir qual o grau de influência do investimento na economia moçambicana.

Segundo o Euroasia Business and Economics Review (2019), pretende informar-nos sobre o investimento publico e alguma falta de eficácia no resultado esperado no crescimento económico. Em alguns países de baixa renda como na África subsaariana encontramos alguns fatores que podem influenciar o desempenho da economia de forma negativa.

De acordo com um artigo publicado por Bayraktar & Fofack (2019), os autores chamam a atenção particular para a volatilidade do investimento publico em áreas como infraestrutura, educação, saúde para países de baixa renda em que, estes investimentos possam implicar uma retração na acumulação de capital do setor privado, contrariamente aos países desenvolvidos que pela aposta clara e investimento publico eficiente observa-se um crescimento exponencial da economia e mais eficiente. Estas questões só se verificam pelo nível de absorção deste tipo de investimento nas economias aonde se verificam, know-how, tecnologia, infraestruturas e uma capacidade do setor privado capaz de acompanhar esse tipo de investimentos evitando assim o *crowding out*.

Todavia no modelo que apresento, não disponho de informação relativa ao investimento privado, para que se possa comprovar por meio do modelo esta situação.

Sabe-se que todas as economias apresentam em diversas fases ciclos económicos diferentes, ou em crescimento ou em recessão.

Existem várias correntes económicas, das quais podemos destacar os keynesianos e os neokeynesianos que podem explicar de que modo se pode impulsionar uma economia.

A corrente keynesiana entende que através dos gastos públicos se pode impulsionar a economia enquanto a nekeynesiana considera que os efeitos dos gastos públicos para o setor privado podem ser inconclusivos (Barro & Redlick, 2011; Kraay, 2012; Ramey, 2011; Cohen et al., 2011).

Muitas economias, recorrem permanentemente a uma política fiscal expansionista como forma de criar dinamismo para o crescimento económico principalmente em épocas de recessão, o que pode constituir uma controvérsia sob o ponto de vista dos objetivos a atingir.

Esta questão só se pode considerar polémica para economias pouco desenvolvidas de baixa renda, pois sabe-se que as economias pouco desenvolvidas se caracterizam por défices permanentes, resultantes de gastos excessivos superando mesmo o que se arrecada em termos fiscais, o que origina recursos constantes ao financiamento.

Em virtude de se enveredar por esta política, que pode revelar-se insustentável, gerando uma situação de “círculo vicioso” acumulando-se dívida e agravando a dívida pública e os juros, pelo risco de insustentabilidade desta dívida, o credor impõe um custo maior da taxa de juro.

Segundo Keynes (1936) na Teoria Geral de Emprego, Juros e Dinheiro, este procura explicar de que forma é que o Estado pode controlar os excessos do ciclo económico.

Para Keynes com a formulação do modelo que estabelece a igualdade entre a oferta agregada e a procura agregada, poderá explicar melhor estes efeitos, pois esta igualdade só ocorre quando existe equilíbrio no mercado, pois caso a oferta agregada seja superior a procura agregada, a tendência é sempre estimular a procura agregada para minimizar ou anular o desequilíbrio em questão. Neste diapasão, Maynard Keynes (1936), tentou explicar o efeito multiplicador sustentando a sua ideia do seguinte modo:

O governo com os seus gastos adicionais, sejam em projetos ou em infraestruturas governamentais, poderia concorrer para criação de emprego, logo por via disto um aumento da procura agregada.

Esta teoria levantou alguma celeuma, visto que existem economias diversas e para economias diferentes os resultados podem não ser semelhantes.

Segundo Keynes, a teoria do consumo e do multiplicador, juntamente com a percepção do papel da incerteza na dinâmica de uma economia monetária, o multiplicador não é infinito, pois da renda recebida, o gasto vai-se diminuindo pela poupança que alguns realizam, conforme “The General Theory of Employment, Interest and Money” Keynes (1936).

Outra forma de promover o crescimento poderá ser através do progresso tecnológico, pois os fatores produtivos, como trabalho e capital são limitados e a longo prazo a chave para que se verifique de forma rápida e a longo prazo seria através da inovação tecnológica conforme indicado por Dinis (2010) no seu trabalho sobre o “Crescimento e Desenvolvimento Económico”, interpretando o *Solow Growth Model*.

Em função das competências associadas aos Estados, este tem como missão zelar pela estabilidade económica, mantendo o equilíbrio, eficiência e equidade.

O equilíbrio económico só se consegue com a aplicação de uma política adequada e ajustada a cada Estado. Essa estabilidade pode passar pela conjugação de políticas fiscal e monetária.

Nesta reflexão iremos apresentar alguns aspetos da política fiscal que alguns Estados utilizam para dinamizar a economia, utilizando uma política expansionista como forma de estimular o crescimento da economia, mas nem sempre este instrumento pode provocar os mesmos efeitos em todos setores do País.

Assim, os keynesianos defendem uma intervenção do Estado na economia através de uma política expansionista, e que estes gastos poderão aumentar a procura e consequentemente um aumento do investimento total.

Porém, os neokeynesianos fazendo referência à equivalência Ricardiana¹, defendem uma posição contrária, e defendem que um aumento dos gastos públicos não provocará necessariamente um aumento da procura agregada e nem do investimento total (Barro, 1979). Estes acreditam que os gastos do governo financiados através de obtenção de crédito, podem aumentar a procura agregada, e isto, pode levar a taxas de juro mais elevadas, provocando uma redução no investimento privado.

¹ A tese ricardiana sustenta que para um dado montante de despesa pública a substituição de impostos por dívida não tem qualquer efeito na procura global nem na taxa de juro

1.3 O papel do IDE na economia

O IDE é tão importante como os restantes investimentos, mas este tem-se revelado para os países de baixa renda, como a principal fonte de investimento, pois tem impulsionado a economia, todavia insuficiente para causar um impacto maior porque o país beneficiário, neste caso Moçambique, revela-se incapaz de criar uma integração de setores de modo obter ganhos mais eficazes desse investimento direto estrangeiro.

Conforme vimos a posição de Solow R. (1956), sem acumulação de capital e progresso tecnológico, pesquisa e desenvolvimento, o IDE terá um efeito no crescimento económico com menos impacto e de curto prazo. Esta situação deve-se pelo facto dos governos locais abdicarem de investimentos públicos para áreas tais como saúde e educação, tecnologia, investigação e indústria, mantendo apenas o seu foco em matérias primas como a sua base de produtos para exportação, o que origina receitas baixas e consequentemente, o PIB com um desempenho medíocre, pela dependência das commodities e volatilidade dos preços internacionais destas matérias primas.

Estas carências na economia recetora de IDE, apenas crescem a custa de prestação de serviços, em áreas como transporte, serviços hoteleiros, refeições, ficando muito aquém dos resultados esperados pela ânsia de atrair tais investimentos, são concedidas isenções fiscais de longo prazo, pelo que o seu efeito não poderá ser de longo prazo e nem se espera o efeito multiplicador desejado em outras áreas produtivas, devido a essa incapacidade de absorção.

Neste momento, o impacto do IDE na economia moçambicana tem sido superior ao do investimento nacional, mantendo-se uma economia débil e dependente dos parceiros de apoio ao orçamento de Estado e do IDE com enormes desafios a médio e longo prazo, pela falta de apostas em áreas produtivas e *know how* capazes de forma integrada criar uma cadeia de valores.

Tabela 1: Contribuição de cada setor para o PIB (Moçambique)

Ramos de Actividade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca	5,3%	5,0%	4,1%	1,4%	2,6%	3,7%	3,0%	4,2%	4,0%	3,4%	1,3%	3,1%
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	5,8%	3,8%	3,7%	1,3%	2,4%	3,8%	3,1%	4,1%	4,0%	3,4%	1,1%	3,4%
Pesca, Aquacultura e Actividades dos serviços relacionados	-4,8%	33,2%	10,3%	-3,0%	5,2%	6,8%	2,5%	5,7%	3,9%	2,8%	3,0%	-1,0%
Indústrias Extractivas	10,9%	3,1%	31,2%	28,5%	11,9%	19,6%	19,3%	13,9%	32,1%	11,3%	-2,6%	-15,1%
Manufatura	2,1%	2,4%	2,0%	0,7%	3,3%	4,6%	7,6%	3,6%	2,6%	1,8%	1,4%	-1,5%
Produção e Distribuição de Electricidade e Gás	15,0%	2,7%	4,2%	-0,5%	8,8%	1,8%	8,2%	4,5%	-4,0%	-3,2%	-1,4%	2,6%
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,4%	15,1%	-11,6%	3,7%	1,9%	12,7%	20,8%	7,1%	3,8%	-4,8%	-2,0%	12,6%
Construção	27,7%	11,7%	3,9%	-2,5%	0,4%	15,1%	9,2%	2,6%	-3,2%	-0,5%	2,3%	-0,9%
Comércio, Reparação de Veículos Automóveis	0,9%	12,4%	4,8%	21,9%	7,6%	9,6%	8,8%	-1,5%	-2,4%	1,6%	1,0%	-2,5%
Transportes, Armazenagem	12,6%	5,2%	1,8%	6,7%	4,4%	16,5%	1,9%	1,4%	4,0%	3,9%	3,7%	-3,1%
Alojamento, Restaurantes e Similares	4,3%	10,9%	10,0%	-0,3%	3,5%	3,7%	5,2%	0,6%	-0,7%	3,9%	1,6%	-22,1%
Informação e Comunicação	5,4%	11,7%	8,3%	9,9%	8,6%	8,1%	0,5%	1,0%	5,9%	6,6%	4,7%	-0,8%
Actividades Financeiras	-4,0%	29,5%	47,3%	14,8%	14,0%	15,8%	8,9%	11,2%	4,1%	4,7%	4,1%	-0,7%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	5,3%	4,9%	3,2%	5,2%	2,3%	0,8%	9,1%	-2,6%	0,2%	3,5%	4,4%	1,1%
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	10,3%	14,6%	13,9%	14,4%	3,3%	15,6%	16,4%	7,8%	2,1%	1,7%	4,1%	-7,1%
Educação	15,7%	4,9%	9,1%	7,7%	6,2%	7,8%	5,6%	2,0%	1,5%	0,8%	0,9%	-1,3%
Saúde e Acção Social	5,7%	4,2%	0,7%	9,2%	1,8%	5,9%	5,6%	8,2%	4,5%	1,5%	4,1%	8,5%
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	4,0%	4,2%	2,1%	4,0%	3,9%	3,9%	3,7%	3,6%	3,5%	3,3%	3,3%	3,1%
Produto Interno Bruto	6,3%	5,9%	7,4%	7,3%	7,5%	7,4%	6,7%	3,8%	3,7%	3,4%	2,3%	-1,22%

Fonte: INE (2021)

Capítulo 2 – Metodologia

Este capítulo pretende descrever de forma mais sistemática a metodologia adotada nesta dissertação de forma a responder à pergunta de partida anteriormente definida e aos objetivos subjacentes.

A metodologia de investigação centrar-se-á essencialmente numa análise documental, mais de carácter qualitativo, mas complementada por outra de carácter quantitativo. Podemos assim afirmar que recorreremos a um método misto.

2.1 O método quantitativo

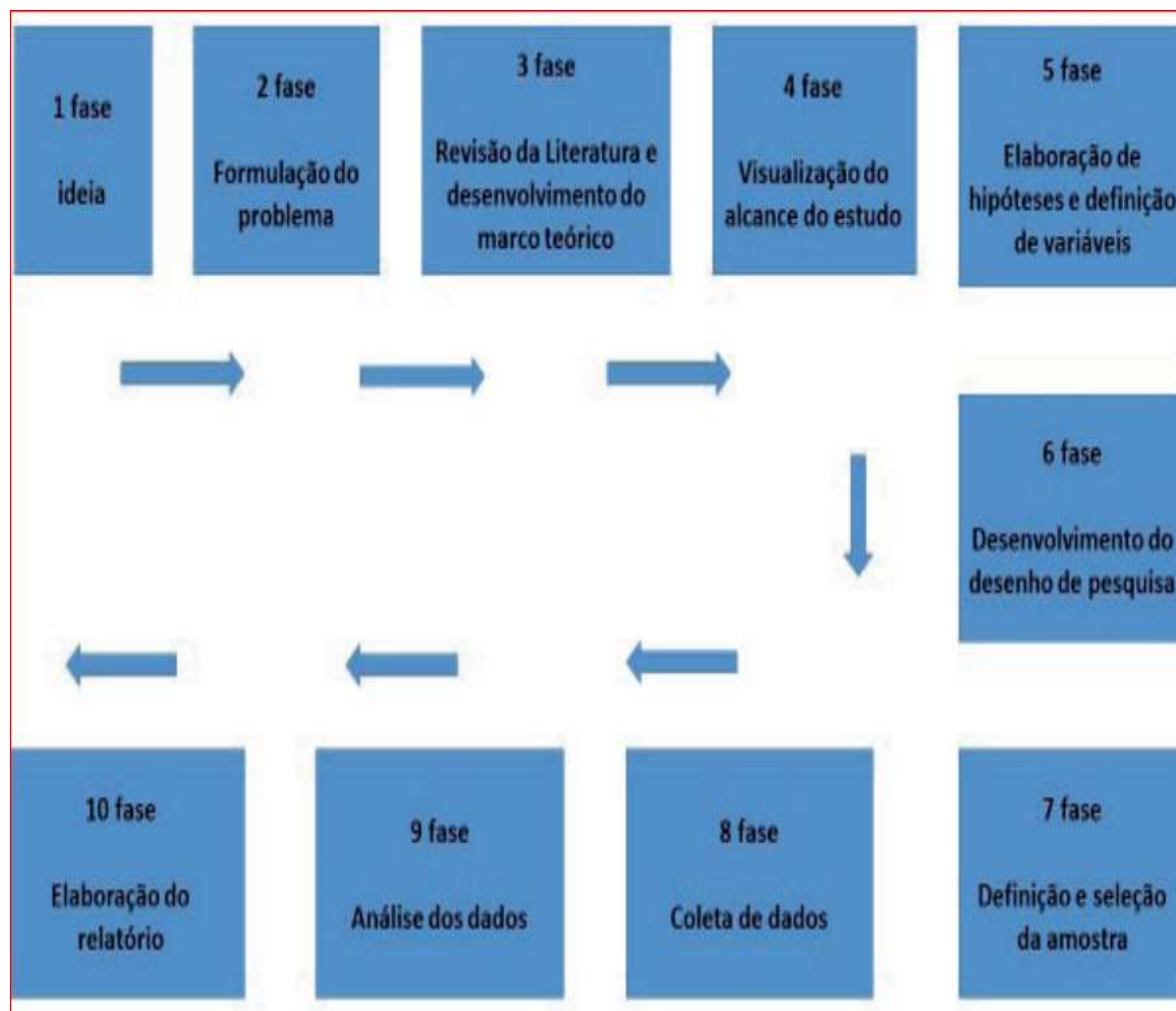
Este método é muito utilizado para pesquisas online, pois a forma adotada para este método é através de formulários e questionários de múltipla escolha.

A pesquisa quantitativa baseia-se na amostra, onde se pode verificar a partir da mesma, com informações numéricas qual o comportamento do consumidor.

Para Teixeira et al. (2007), a pesquisa quantitativa utiliza a descrição matemática para descrever as causas dos fenómenos. Esta pesquisa é sequencial e comprobatória, para o pesquisador, cabe-lhe a preocupação em descrever e explicar os fenómenos, assim gera-se e comprova-se teorias.

A abordagem quantitativa assenta numa série de fases que estão descritas no quadro seguinte:

Quadro 1: Fases do método quantitativo



Fonte: Nascimento, M. B. C. B. C. (2018) Revista Tempo e Espaços, Universidade Federal de Sergipe – Brasil

No geral, segundo Kerllinger & Lee (2002), é necessário, neste tipo de pesquisa formular o problema, e a relação entre dois ou mais conceitos ou variáveis, sem ambiguidades, suscetíveis de realizar um teste empírico.

As perguntas de pesquisa conforme Rojas (2002), obedecem a certas estruturas, devendo estabelecer limites temporais e espaciais sem descurar o perfil das unidades de observação.

Desta forma, temos o método quantitativo que utiliza um critério mais objetivo, uma vez que se baseia na coleta de dados, com tratamento de dados usando técnicas de análise dedutivas colocando uma abordagem pontual e estruturada, através do comportamento observado nos dados amostrais, podendo verificar o que realmente existe ou que possa determinar uma certa tendência do que é alvo de análise (Kerlinger, 2003).

Salienta-se que este método se caracteriza por dar ênfase aos protocolos e técnicas específicas com traços nomotéticas situando-se na ciência e testes de hipótese, aonde se pode determinar factos através da descrição ou pelo analítico com a elaboração de modelos com testes de hipóteses e relações entre variáveis.

2.2 O método qualitativo

Segundo Denzin & Lincon (2006), por ser de abordagem mais interpretativa, os pesquisadores procuram estudar os significados de certos fenómenos, baseados na interpretação e importância.

O método qualitativo reflete um conjunto de práticas que tornam o mundo visível, abordando os dados de forma representativa, através de notas, entrevistas, fotografias, os pesquisadores tentam encontrar neste tipo de pesquisa, fenómenos num contexto natural, segundo Creswell (2014). O autor, presume que, é mais importante a abordagem da pesquisa qualitativa, do que a sua quantificação, pois deste modo estar-se-ia a dar mais significado ao fenómeno.

É desta maneira que a análise qualitativa, ajuda a explicar o fenómeno, ou o seu contexto, mas com o cuidado de evitar-se a generalização dos resultados do fenómeno.

Este método quando, aplicado através de entrevistas, permite descobrir o que as pessoas pensam, pois aqui as pessoas podem partilhar suas opiniões e sentimentos e consegue-se entender as suas motivações.

As fontes comuns de dados qualitativos são:

- Entrevistas ou grupos focais;
- Análise de documentos, anotações, diários;
- Observação participante, não participante e etnografia;
- Dados audiovisuais.

Garante-se a confiabilidade e validade desta pesquisa através da triangulação de dados e fontes, por meio de entrevistas e observação com a alguma similaridade que

validem os dados; Assim como de diversas fontes para cada tipo de dado, para evitar-se saturação ou repetição de um mesmo tipo de fonte e também se garante através da validação cruzada, com apresentação de grupo focal de dados coletados, para que possam validá-los.

Gody (2005) atribui maior destaque a este tipo de método por envolver um grande sentido de credibilidade para uma validade interna e com confiança de modo que o processo do pesquisador apresente resultados coerentes com os dados coletados, que segue um processo indutivo. Este constatou que a entrevista é na pesquisa qualitativa das mais usadas, desde as estruturadas, semi-estruturadas e não estruturadas.

Segundo Augusto et al., (2013) a pesquisa qualitativa é essencialmente válida quando existem evidências em compreender aspetos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos. Esta pesquisa é sustentada por uma realidade socialmente construída, e por esse motivo, não pode ser expressa pelo método quantitativo. Para o autor, a pesquisa qualitativa, requer rigor metodológico no tratamento de dados, por isso Augusto et al. (2013: 748), circunscreve que esta não se baseie apenas em opiniões representativas, ele sugere que esta esteja no aprofundamento da compreensão de um fenómeno social por meio de entrevistas em profundidade elencadas com análises qualitativas da consciência dos envolvidos no fenómeno, assim, a validade da pesquisa não dependerá do tamanho da amostra como na análise quantitativa, mas pelo aprofundar do estudo que é alvo.

Todavia, por vezes o método qualitativo pode ser desvantajoso pois requer muitas vezes amostras grandes para garantir a sua consistência, a narrativa, o discurso, são formas utilizadas pelos pesquisadores para o método qualitativo.

Segundo Moreira (1994), a diferença do quantitativo e do qualitativo, é o seguinte:

2.1.1 O Quantitativo

O quantitativo orienta-nos para o que os atores dizem e para observação das ações, ou seja, há uma clara tendência para validar a ação interpretativa do entrevistado ou das observações registadas.

2.2.2 O Qualitativo

O qualitativo requer um maior envolvimento conforme a metodologia é pensada. Ao optar-se por este último, centramo-nos na análise do conteúdo, libertando-nos do princípio especulativo, produzindo hipóteses em busca de evidências que nos expliquem a relação dos problemas existentes ou o comportamento de determinadas variáveis ao longo do tempo, conforme se apresenta à seguir.

2.3 Objetivos gerais

Como referido anteriormente, a análise desta dissertação gravita em torno de uma abordagem descritiva, sem utilização de questionários, baseando-se também na análise de dados a partir dos quais iremos observar o comportamento das variáveis envolvidas no modelo de regressão linear.

A análise irá basear-se na observação do impacto da variável independente (investimento) na variável dependente (PIB), para podermos afirmar, se a economia moçambicana está de facto a ser influenciada pela rubrica investimento, ou pelo PIB.

Nesta reflexão, também iremos analisar de forma qualitativa, de modo a medir-se o impacto das políticas implementadas pelo governo.

Porém, muito se tem falado a cerca dos megaprojetos de extração de recursos naturais, e a concessão de benefícios fiscais aos investidores, que tem constituído talvez o grande nó de estrangulamento do crescimento económico e fraco desempenho no papel do Estado na melhoria das condições da população local.

Uma das metodologias a aplicar será a do modelo elaborado por Quivy e Campenhout (2018) que será adotado para sustentar também esta investigação mediante dados recolhidos de fontes secundárias com operacionalização das variáveis formuladas com o objetivo de investigar o fenómeno de investimento público em toda a sua complexidade.

Segundo Bogdan e Biklen (2005, p.41) *“um campo que era denominado por questões de mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatísticas que enfatiza uma descrição e teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais, designando-se esta abordagem como qualitativa”*.

Abordar-se-á também nesta reflexão uma investigação quantitativa através de uma regressão linear, com variáveis como a procura global, aonde tentaremos verificar o efeito do investimento público sobre a despesa global, ou seja, se existe o tal efeito multiplicador na despesa pública, para se explicar qual a relação existente entre o investimento público e o rendimento ou vice-versa.

De forma a poder explicar-se os objetivos acima referidos, optou-se por seguir a seguinte apresentação:



2.4 Modelo de análise

O modelo de análise resulta do recurso a regressão linear multivariável aonde pretendemos estudar as hipóteses identificadas, que nos responderão os objetivos gerais e as perguntas de partida.

Importante será verificar-se de que modo é que o investimento público poderá influenciar a dinâmica da economia moçambicana, ao elaborar-se o estudo do caso. Ou será que a taxa de câmbio é também, importante para estimular a economia através do investimento direto estrangeiro.

Focalizando-se no nosso estudo, iremos observar qual o comportamento destas duas variáveis ao longo do tempo, se ambas têm impulsionado a economia ou se uma delas tem sido, um fator decisivo na economia moçambicana.

Capítulo 3 - Moçambique

Este capítulo pretende analisar a situação de Moçambique, sua economia, situação geográfica, o comércio e situação política e social, para que possamos aplicar o modelo econométrico adequado ao estudo.

Moçambique situa-se na costa da África Austral, fazendo fronteira com os seguintes países: Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabué, África do Sul e Eswatini. O seu extenso litoral de 2 500 quilómetros ao longo do Oceano Índico está virado a nascente para Madagáscar.

A cidade capital é Maputo, a unidade da sua moeda é o metical (MT). Independente desde 1975, sofrera uma guerra civil durante 16 anos, logo após independência, devastando o país em termos de infraestruturas, o que levou sucessivos governos a reconstruir o país e colocou em prática uma sequência de reformas políticas e económicas, tendo optado pela economia de mercado em detrimento do socialismo.

A nível cultural sempre se afirmou de modo marcante, conforme o portal do governo de Moçambique, com intervenções marcantes além-fronteiras, nas áreas arquitetura, pintura, música, literatura e poesia.

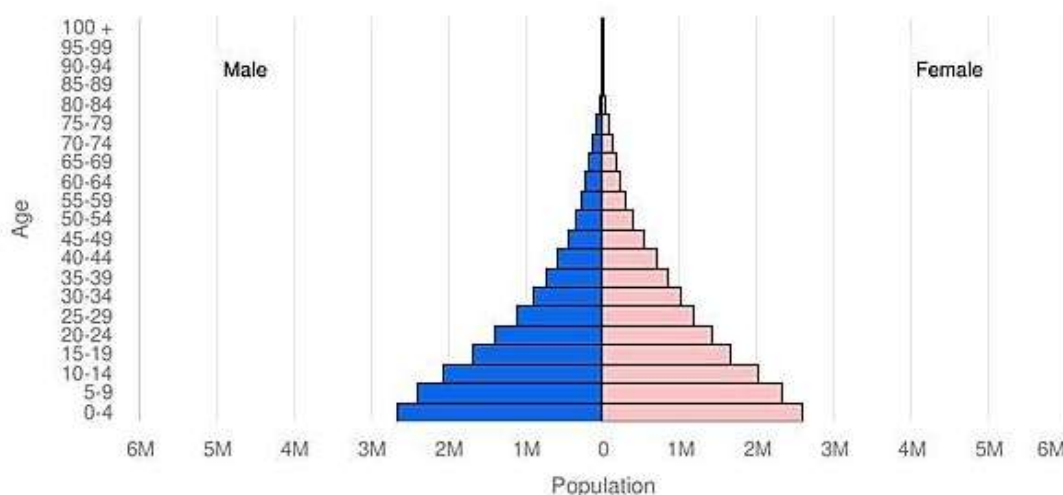
Figuras como Malangatana, José Craveirinha, Mia Couto são sobejamente conhecidos e no desporto a atleta Maria de Lurdes Mutola campeã olímpica dos 800 metros, em Sidney no ano 2000.

Moçambique é conhecido pelas suas belas praias, excelentes condições para turismo nas províncias de Gaza a praia do chonguene e do Bilene, em Maputo praia da ponta do ouro, Inhambane a do tofo, em cabo delgado a praia do wimbe entre outras.

Segundo o The World Factbook (2021), o País é constituído por 11 Províncias, vários grupos étnicos Makhua, Tsonga, Lomwe, Sena, Makhonde, Mwachuabo, entre outros. Conta com os seguintes idiomas: o português é a língua oficial com 16,6% e os restantes idiomas são: Cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde (ou shimakonde), kimwani, macua (ou emakhuwa), memane, suaíli (ou kiswahili), suazi (ou swazi), xichanga, xironga, xitswa e zulu (CIA, 2021).

O perfil demográfico está de acordo com o seu nível de desenvolvimento, sendo um país subdesenvolvido, apresenta uma estrutura de população jovem na sua maioria, com altas taxas de fertilidade e mortalidade, com rápido crescimento, apresentando uma estrutura familiar de cada casal com 5 filhos nas últimas 3 décadas.

Gráfico 1: Pirâmide populacional de Moçambique (2021)



Fonte: CIA, World Factbook (2021)

A pirâmide populacional de Moçambique ajuda a perceber melhor a realidade do país, destacando-se a sua enorme juventude, pois cerca de 46% da população tem entre 0-14 anos e 20% entre 15-24 anos. No caso do escalão 25-54 anos temos 29% da população e acima de 55 anos 6%.

Tabela 2: Distribuição da população por escalões etários (2021)

Escalões	%	Homens	Mulheres
0-14	45,57	6,950,800	485,454
15-24	19,91	6,950,800	2,994,927
25-54	28,28	3,949,085	4,564,031
55-64	3,31	485,454	4,564,031
+ 65	2,93	430,797	449,771

Fonte: CIA, World Factbook (2021)

O alto nível de fertilidade é sustentado pelo baixo uso de contraceptivos, desigualdade do género, casamentos precoces e falta de educação e pior país em termos de prevalência de HIV/SIDA.

A população encontra-se distribuída em 3 grandes zonas:

- Zona Sul ao longo do litoral entre Maputo e Inhambane;
- Zona Centro entre Beira e Chimoio;
- Zona Norte ao longo do rio Zambezi, ao redor das cidades Nampula, Nacala e Pemba.

De acordo com o African Economic Outlook (AEO), (2014), a economia moçambicana esteve a crescer entre 2009 e 2015 a uma média de 7% ao ano. Todavia segundo o Manual de projeções macroeconómicas e fiscais do MEF (2020) em 2016 e 2017 experimentou uma redução acentuada, alcançando uma taxa de 3,8% e 3,7% respetivamente.

A evolução do PIB em termos do crescimento tem sido apesar de tudo positiva nos últimos anos conforme é visível na tabela seguinte.

Tabela 3: Dados macroeconómicos de Moçambique

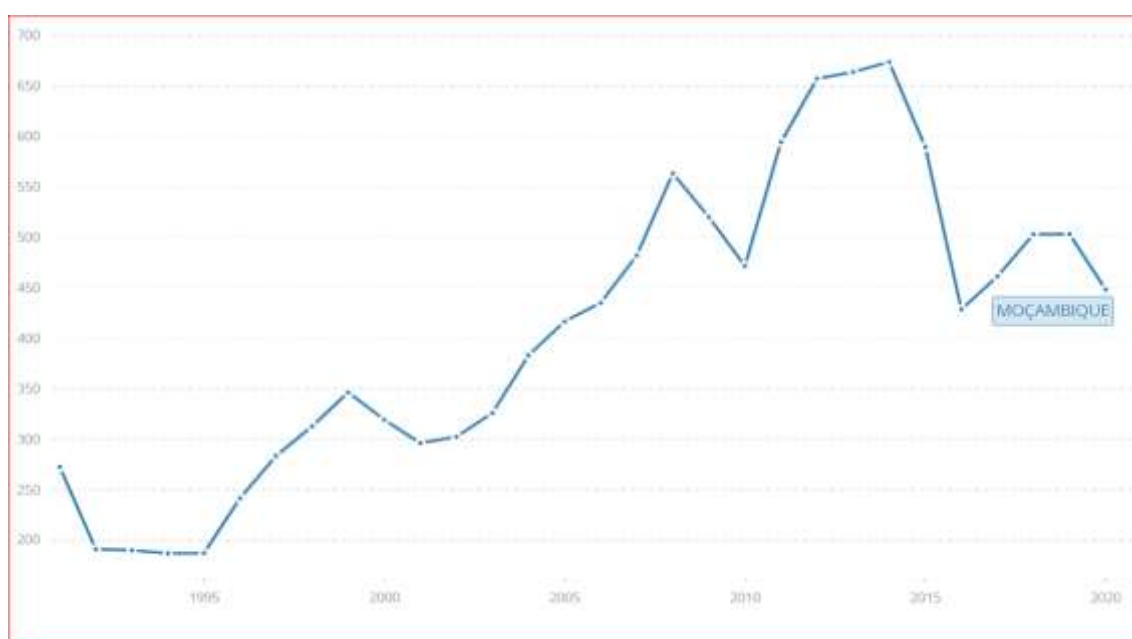
Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB em \$(PPP)	2,09 bil.	2,10 bil.	3,19 bil.	4,29 bil.	8,04 bil.	13,83 bil.	15,66 bil.	17,27 bil.	18,82 bil.	20,17 bil.	21,78 bil.	23,81 bil.	26,00 bil.	28,30 bil.	30,96 bil.	33,35 bil.	35,05 bil.	36,73 bil.
PIB per capita em \$(PPP)	172	157	235	268	440	658	720	772	818	853	896	952	1,010	1,069	1,136	1,192	1,219	1,244
Crescimento do PIB(real)	4,2 %	1,0 %	1,0 %	2,2 %	1,7 %	8,7 %	9,9 %	7,4 %	6,9 %	6,4 %	6,7 %	7,1 %	7,2 %	7,1 %	7,4 %	6,6 %	3,8 %	3,0 %
Inflação (em Porcentagem)	2,0 %	30,8 %	43,7 %	47,7 %	12,7 %	6,4 %	13,2 %	8,2 %	10,3 %	3,3 %	12,7 %	10,4 %	2,1 %	4,2 %	2,3 %	2,4 %	19,2 %	15,3 %
Dívida pública(Pct. do PIB)	...	...	...	...	118 %	70 %	47 %	36 %	36 %	42 %	43 %	38 %	40 %	53 %	62 %	88 %	119 %	102 %

Fonte: World Bank (2021)

Os principais impulsionadores do crescimento de acordo com o relatório, mostram que a indústria extrativa através do IDE e o aumento da despesa pública são

complementadas por um fraco desempenho no setor da agricultura e um aumento da despesa pública (FMI, 2014). Em 2001 a participação da agricultura em percentagem do PIB, reduz-se de 38% para 20%, associada a recuperação da barragem de Cahora Bassa com exportação de eletricidade, produção de alumínio da Mozal, ainda assim a agricultura continua sendo o suporte da economia pois emprega 70% da população, conforme dados do INE. De acordo com o World Bank (2014), o PIB per capita de Moçambique foi de 526,6 USD, bastante abaixo da média da de outros países da África Subsaariana que foi de 17992,2 USD.

Gráfico 2: PIB per capita (US\$) – Moçambique



Fonte: Worldbank (2021)

A evolução da Balança de Pagamentos tem refletido a instabilidade sentida no País, conforme é facilmente visível na tabela seguinte.

Tabela 4: Balança de pagamentos de Moçambique

(USD millions, unless otherwise stated)	2016 Actual	2017 Estimate	2018 Forecast	Δ 16/17	Δ 17/18
Current Account (% of GDP)	-35.0	-20.4	-23.6	...	...
Current Account	-3,846	-2,584	-3,456	-33%	34%
Trade Balance	-4,106	-2,828	-3,574	-31%	26%
Goods, net	-1,405	-498	-1,125	-65%	126%
Exports	3,328	4,725	5,334	42%	13%
megaproject	2,413	3,719	4,179	54%	12%
non-megaproject	915	1,007	1,155	10%	15%
Imports	4,733	5,223	6,458	10%	24%
megaproject	771	733	883	-5%	21%
non-megaproject	3,962	4,490	5,575	13%	24%
Services, net	-2,701	-2,331	-2,449	-14%	5%
Income and transfers, net	260	244	118	-6%	-52%
Capital & Financial Account	3,374	3,856	3,817	14%	-1%
of which					
FDI, net	3,093	2,292	1,859	-26%	-19%
megaproject	1,322	911	812	-31%	-11%
non-megaproject	1,771	1,381	1,047	-22%	-24%
Other, net (1)	74	1,360	1,744	1742%	28%
Overall Balance	-472	1,272	361	...	...

Fonte: World Bank (2018), Mozambique economic update october, 2018.

Moçambique possuidor de um solo arável, água e energia em quantidade abundante, assim como de recursos minerais como carvão e gás natural ao longo da costa, conta também com um potencial em termos de mão de obra intensiva e localização estratégica, onde quatro (4) dos países vizinhos são interiores e por conseguinte dependentes de Moçambique no acesso aos mercados globais o que resulta de um grande privilégio e importância a relação, político, económica e social com estes países fronteiriços, contribuindo para a estabilidade e crescimento da África Austral.

Não obstante, esta situação naturalmente favorável, é um País que totaliza 29 milhões de habitantes (até 2018), e que esta vive e trabalha em zonas rurais e em extrema pobreza, o que acarreta alguns desafios.

Em termos climáticos, tem sido assolado pelas cheias, furacões, depressões, estiagem constituindo um grande desafio ao setor agrícola.

Moçambique experimentou de 2009 a 2015 um período áureo, onde se verificou um crescimento económico em média na ordem dos 7%, com uma economia baseada na

exportação de matérias-primas (carvão e alumínio), tornando a economia pouco robusta, com uma taxa de cambio volátil.

Tabela 5: Evolução da balança comercial

Designação	2015	2016	Variação (%)	2017
Exportações (FOB)	3.413	3.328	-2,5	4.725
<i>De Grandes Projectos</i>	2.057	2.405	16,9	3.653
<i>Exportações sem Grandes Projectos</i>	1.356	924	-31,9	1.072
Importações (FOB)	-7.577	-4.733	-37,5	-5.223
<i>De Grandes Projectos</i>	-917	-771	-15,9	-733
<i>Importações sem Grandes Projectos</i>	-6.660	-3.962	-40,5	-4.491
Saldo	-4.163	-1.405	-66,3	-498
<i>Saldo sem Grandes Projectos</i>	-5.303	-3.038	-42,7	-3.419
Taxa de Cobertura (%)	-45,0	-70,3		-90,5

Fonte: CGE 2016-2017

Tabela 6: Evolução da taxa de crescimento da economia moçambicana (PIB real)

Ramo de Actividade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca	9,3%	8,0%	4,1%	1,4%	2,6%	3,7%	3,8%	4,2%	4,8%	3,4%	1,2%	3,1%
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	9,8%	3,8%	3,7%	1,3%	2,4%	3,9%	3,1%	4,1%	4,8%	3,4%	1,1%	3,4%
Pesca, Aquicultura e Actividades dos serviços relacionados	-4,6%	33,2%	10,3%	3,0%	5,2%	9,8%	2,5%	5,7%	3,9%	2,8%	3,0%	-1,0%
Indústrias Extractivas	18,6%	3,1%	31,2%	28,6%	11,9%	19,8%	19,3%	13,9%	32,1%	11,3%	-2,8%	-15,1%
Manufatura	2,1%	2,4%	2,0%	6,7%	3,3%	4,6%	7,8%	3,8%	2,8%	1,8%	1,4%	-1,5%
Produção e Distribuição de Electricidade e Gás	18,6%	2,7%	4,2%	-8,8%	8,6%	1,8%	8,2%	4,9%	-4,8%	-3,2%	-1,4%	2,8%
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,4%	16,1%	-11,6%	3,7%	1,9%	12,7%	28,8%	7,1%	3,8%	-4,8%	-2,8%	12,8%
Construção	27,7%	11,7%	3,9%	-2,6%	8,4%	16,1%	9,2%	2,6%	-3,2%	-0,5%	2,3%	-0,9%
Comércio, Reparação de Veículos Automóveis	8,9%	12,4%	4,8%	21,9%	7,8%	9,6%	8,8%	-1,5%	-2,4%	1,8%	1,8%	-2,5%
Transportes, Armazenagem	12,6%	9,2%	1,8%	6,7%	4,4%	16,9%	1,9%	1,4%	4,8%	3,9%	3,7%	-3,1%
Alojamento, Restaurantes e Similares	4,3%	18,9%	18,0%	-0,3%	3,8%	3,7%	5,2%	8,6%	-0,7%	3,9%	1,8%	-22,1%
Informação e Comunicação	5,4%	11,7%	8,3%	9,8%	8,6%	8,1%	8,8%	1,8%	5,9%	6,6%	4,7%	-0,8%
Actividades Financeiras	-4,0%	28,6%	47,3%	14,8%	14,0%	16,8%	8,9%	11,2%	4,1%	4,7%	4,1%	-0,7%
Actividades imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	5,3%	4,9%	3,2%	5,2%	2,3%	9,8%	9,1%	-2,8%	9,2%	3,9%	4,4%	1,1%
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	18,3%	14,6%	13,9%	14,4%	3,3%	16,6%	16,4%	7,8%	2,1%	1,7%	4,1%	-7,1%
Educação	18,7%	4,9%	9,1%	7,7%	6,2%	7,8%	9,6%	2,8%	1,8%	0,8%	0,9%	-1,3%
Saúde e Acção Social	9,7%	4,2%	9,7%	9,2%	1,8%	5,9%	5,6%	8,2%	4,8%	1,9%	4,1%	8,9%
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	4,0%	4,2%	2,1%	4,0%	3,9%	3,9%	3,7%	3,6%	3,9%	3,3%	3,3%	3,1%
Produto Interno Bruto	6,3%	8,8%	7,4%	7,3%	7,9%	7,4%	6,7%	3,8%	3,7%	3,4%	2,3%	-0,23%

Fonte: INE (2021)

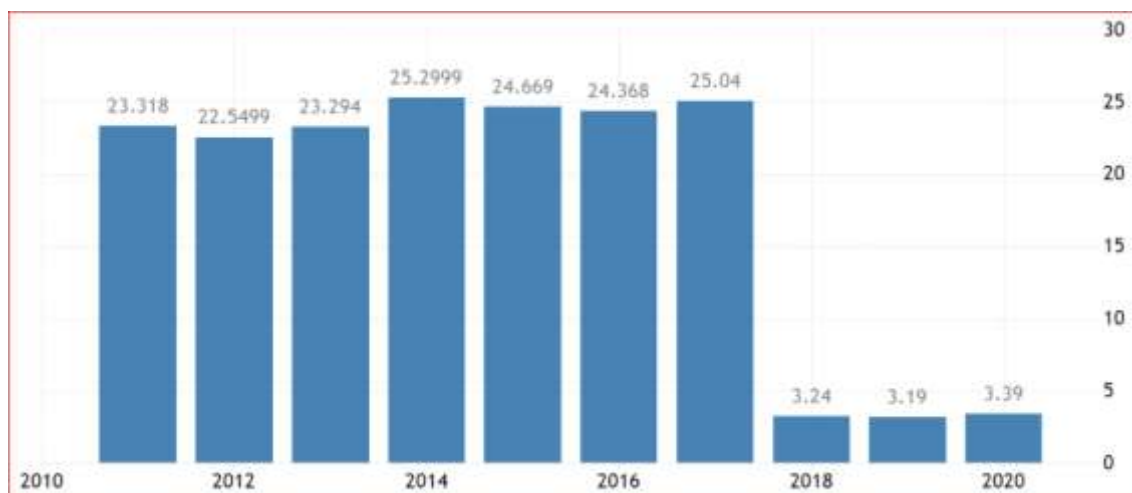
No contexto político, este tem sido marcado por conflitos entre os dois maiores partidos nomeadamente, o da Frelimo no poder e o da Renamo, que amiúde vai ultrapassando algumas discórdias com mediação internacional. No final de 2016 o atual presidente Nyusi e o líder da Renamo acordaram um cessar fogo, e algumas reformas eleitorais tem sido avançadas, tais como governadores eleitos pelo povo em cada província, pois outrora eram nomeados pelo presidente eleito, segundo o Africa Economic Outlook (AEO, 2017).

No contexto social, Moçambique continua com défice em várias áreas, educação, saúde financeira, registando em 2008-2009 uma taxa de analfabetismo global do país de 50%, com um rácio de 55 alunos por cada professor conforme dados do INE, na saúde continuando com os desafios pois em 1997 apresentava uma taxa de 692/100mil nados mortos para 408/100mil em 2011, aprimorando-se até ao momento o acesso aos serviços de saúde, número de recursos humanos qualificados na saúde e educação, inclusão financeira mantém-se um grande desafio nesta área (AEO, 2017).

Segundo a avaliação nacional da pobreza divulgada pelo Ministério da Economia e Finanças (2016), a incidência da pobreza em 2014-2015 era de 46,1%.

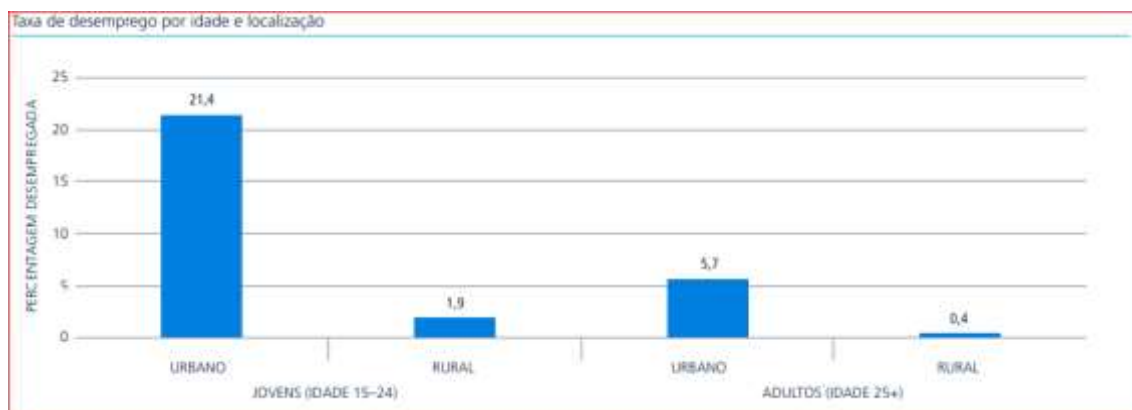
Com os níveis de desemprego elevados, cerca de 22%, taxa de alfabetização de 50,6%, taxa de abandono escolar de 68,4% é notório a necessidade de proteção social que absorve apenas 2,6% do seu orçamento.

Gráfico 3: Taxa de desemprego em Moçambique (%)



Fonte: databank.worldbank.org (2021). Mozambique Unemployment Rate | 1991-2020 Data | 2021-2023 Forecast | Historical (tradingeconomics.com)

Gráfico 4: Taxa de desemprego por idade e localização



Fonte: INE, Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF) 2014-2015

De acordo com o indicado no documents1.worldbank.org, Jobs Diagnostic Moçambique Vol.1 (2014 /2015) o conceito de desemprego deve-se definir como não ter trabalhado nos últimos 7 dias e ter procurado emprego ativamente nos últimos 30 dias. Nas áreas rurais, a maioria das pessoas desempregadas pode não ter procurado trabalho.

Então dependendo dos critérios utilizados esta taxa pode parecer muito alta ou muito baixa.

Para Oshiro e Marques (2016) no seu documento “O conceito de desemprego e a sua medição no século XX”, o desemprego compreende todas as pessoas em idade ativa (15-64 anos), que não tiveram qualquer trabalho no período de referência. Assim, de acordo com esta definição, reporta-se uma taxa de desemprego relativamente baixa 3,6% para Moçambique.

Já a IOF (2014 /2015) fixou outro critério, considerando desempregado todos os que trabalhadores que declararam não remunerados, pois pertencem ao setor informal ou rural. A sua situação é de insustentabilidade, pois trabalham menos de 35 horas semanais, outros estão sub empregados e recebem abaixo do salário mínimo, o que eleva em 15 pontos percentuais adicionais.

Segundo o relatório de desenvolvimento humano (2015) do PNUD, classificou Moçambique na categoria de baixo desenvolvimento humano (180º em 188 países), com um IDH 0,416 com esperança de vida de 55 anos. Em 2020, moçambique aparece no mesmo escalão e com uma queda de uma posição (181º) segundo relatório de desenvolvimento humano 2020.

Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano e suas componentes

Rank IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade esperados	Anos médios de escolaridade	PIB per capita
2019	Valor - 2019	Anos - 2019	Anos - 2019	Anos - 2019	2019
Lugar: 181	0,456	60,9	10	15	1.250

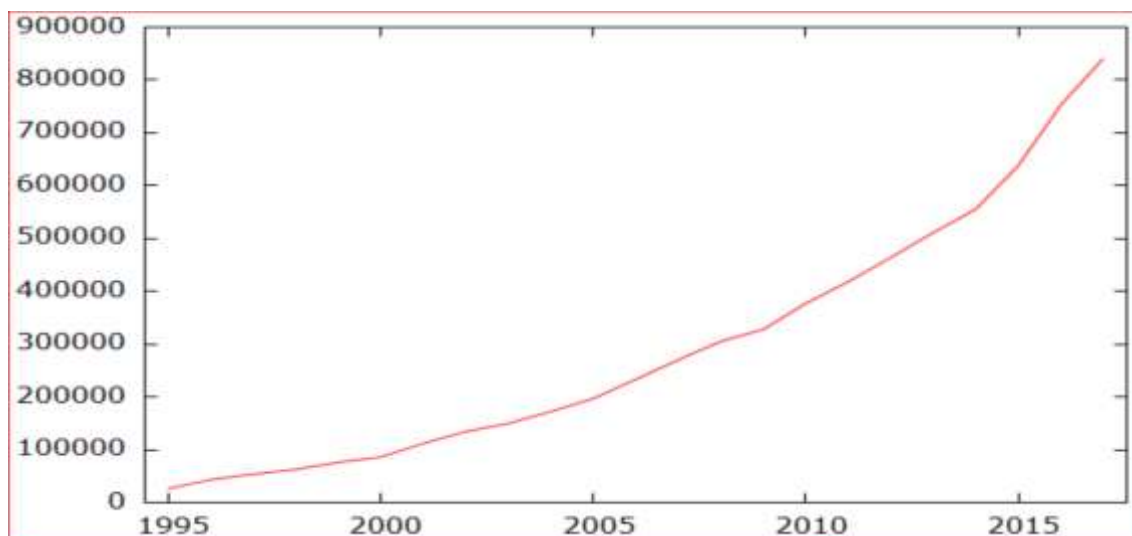
Fonte: UNDP (2020)

Tabela 8: IDH de vários países e diversos continentes

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional ^a			
	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH	Valor	Grupo ^c	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Ano e inquérito ^d
	2019	2019										
126 Cabo Verde	0,665	0,481	27,5	-3	0,974	2	0,397	89	0,134	28,9	46,2	2014/2015 D
127 Guatemala	0,663	0,505	23,5	0	1,012	1	0,428	101	0,074	16,3	45,2	2011/2012 D
128 Nicarágua	0,660	0,476	27,2	-3	0,921	4	0,421	99	0,175 ^a	37,3 ^a	46,8 ^a	2010 M
129 Butão	0,654	0,418	35,3	-14	1,007	1	0,440	106	0,171	38,0	45,1	2013 D
130 Namíbia	0,646	0,537	16,8	8	0,820	5	0,488	123	0,123	27,9	43,9	2015/2016 D
131 Índia	0,634	0,472	25,6	-2	0,978	1	0,423	100	0,090 ^a	19,3 ^a	46,4 ^a	2011/2012 D
132 Honduras	0,632	0,478	24,3	2	0,904	4	0,537	133	0,104	24,6	42,2	2019 M
133 Bangladesh	0,630	0,516	18,1	7	0,906	4	0,537	133	0,080	19,8	40,5	2018/2019 M
134 Quiribáti	0,625	0,520	16,7	9	0,906	4	0,537	133	0,092	22,1	41,7	2014 M
135 São Tomé e Príncipe	0,620	0,432	29,4	-5	0,996	1	0,567	143	0,081	19,2	42,3	2014 M
136 Micronésia (Estados Federados da)	0,611	0,440	28,0	-3	0,911	4	0,538	135	0,138	30,1	45,8	2014 D
137 República Democrática Popular do Laos	0,609	0,461	24,8	0	0,927	3	0,459	113	0,108	23,1	47,0	2017 M
138 Essuatíni (Reino de)	0,611	0,432	29,4	-5	0,996	1	0,567	143	0,081	19,2	42,3	2014 M
139 Gana	0,611	0,440	28,0	-3	0,911	4	0,538	135	0,138	30,1	45,8	2014 D
140 Vanuatu	0,609	0,461	24,8	0	0,927	3	0,459	113	0,108	23,1	47,0	2017 M
141 Timor-Leste	0,606	0,436	28,0	-2	0,942	3	0,452	110	0,148	34,0	43,6	2016 D
142 Nepal	0,602	0,446	25,8	3	0,933	3	0,518	126	0,178	38,7	46,0	2014 D
143 Quênia	0,594	0,475	20,0	9	0,922	4	0,474	117	0,170	37,2	45,8	2014 D
144 Camboja	0,592	0,401	31,4	-2	0,958	2	0,539	137	0,232	47,9	48,4	2018 D
145 Guiné Equatorial	0,584	0,401	31,4	-2	0,958	2	0,539	137	0,232	47,9	48,4	2018 D
146 Zâmbia	0,583	0,387	28,7	3	0,945	3	0,402	92	0,259	54,4	47,5	2014/2015 D
147 Mianmar	0,581	0,397	31,7	-4	0,903	4	0,536	132	0,282	51,1	55,3	2015/2016 D
148 Angola	0,574	0,430	25,1	2	0,929	3	0,570	144	0,112	24,3	46,0	2014/2015 M
149 Congo	0,571	0,441	22,8	7	0,931	3	0,527	129	0,110	25,8	42,6	2019 M
150 Zimbábue	0,567	0,375	33,4	-7	0,864	5	0,640	141	0,243	45,3	53,5	2014 M
151 Ilhas Salomão	0,567	0,375	33,4	-7	0,864	5	0,640	141	0,243	45,3	53,5	2014 M
151 República Árabe da Síria	0,563	0,375	33,4	-7	0,864	5	0,640	141	0,243	45,3	53,5	2009 P
153 Camarões	0,557	0,384	31,1	-4	0,745	5	0,538	135	0,198	38,3	51,7	2017/2018 D
154 Paquistão	0,555	0,390	29,8	-1	0,725	6	0,263 ^b	161	0,263 ^b	56,6 ^b	46,5 ^b	2016/2018 D
155 Papua-Nova Guiné	0,554	0,303	45,2	-21	0,891	5	0,644	155	0,297	57,9	51,2	2017 M
156 Comores	0,546	0,371	32,1	-4	0,864	5	0,634	151	0,261	50,6	51,5	2015 M
Desenvolvimento humano baixo												
157 Maurítânia	0,546	0,371	32,1	-4	0,864	5	0,634	151	0,261	50,6	51,5	2015 M
158 Benim	0,545	0,343	37,1	-10	0,855	5	0,612	148	0,368	66,8	55,0	2017/2018 D
159 Uganda	0,544	0,399	26,7	7	0,863	5	0,535	131	0,269	55,1	48,8	2016 D
160 Ruanda	0,543	0,387	28,7	3	0,945	3	0,402	92	0,259	54,4	47,5	2014/2015 D
161 Nigéria	0,539	0,348	35,4	-3	0,881	5	0,638	153	0,236	46,1	51,2	2016 M
162 Costa do Marfim	0,538	0,350	34,9	-1	0,811	5	0,638	153	0,236	46,1	51,2	2016 M
163 Tanzânia (República Unida da)	0,529	0,397	25,0	10	0,948	3	0,556	140	0,273	55,4	49,3	2015/2016 D
164 Madagáscar	0,528	0,390	26,1	9	0,952	2	0,553	139	0,084 ^a	19,6 ^a	43,0 ^a	2018 M
165 Lesoto	0,527	0,382	27,6	6	1,014	1	0,553	139	0,084 ^a	19,6 ^a	43,0 ^a	2018 M
166 Jibuti	0,524	0,351	31,8	4	0,822	5	0,573	145	0,180	37,6	47,8	2017 M
167 Togo	0,512	0,348	32,1	2	0,870	5	0,533	130	0,288	53,2	54,2	2017 D
168 Senegal	0,511	0,303	40,5	-10	0,875	5	0,636	152	0,200	41,3	48,4	2016/2017 D
169 Afeganistão	0,510	0,333	34,7	-3	0,860	5	0,545	138	0,279	52,3	53,4	2014 M
170 Haiti	0,496	0,335	32,4	1	0,846	5	0,612	148	0,204	41,6	49,0	2018 M
172 Gâmbia	0,485	0,348	28,3	5	0,837	5	0,517	125	0,489	83,5	58,5	2016 D
173 Etiópia	0,483	0,345	28,6	5	0,986	1	0,565	142	0,243	52,6	46,2	2015/2016 D
174 Malauí	0,480	0,335	30,3	3	0,845	5	0,617	150	0,331	64,5	51,3	2017/2018 M
175 Congo (República Democrática do)	0,480	0,300	37,5	-7	0,890	5	0,650	156	0,320	62,9	50,8	2013 D
175 Guiné-Bissau	0,480	0,325	32,3	1	0,817	5	0,517	125	0,489	83,5	58,5	2016 D
175 Libéria	0,477	0,313	34,4	0	0,817	5	0,517	125	0,489	83,5	58,5	2016 D
178 Guiné	0,470	0,321	31,8	4	0,488	5	0,795	162	0,241	47,7	50,5	2013 D
179 Iémen	0,459	0,316	30,7	3	0,912	4	0,523	127	0,411	72,5	56,7	2011 D
180 Eritreia	0,456	0,316	30,1	5	0,867	5	0,594	147	0,519	83,8	61,9	2010 D
181 Moçambique	0,452	0,291	35,7	-2	0,884	5	0,644	155	0,297	57,9	51,2	2017 M
182 Burquina Fasso	0,452	0,291	35,7	-2	0,884	5	0,644	155	0,297	57,9	51,2	2017 M
182 Serra Leoa	0,452	0,291	35,7	-2	0,884	5	0,644	155	0,297	57,9	51,2	2017 M

Fonte: UNDP (2021) in Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. USA: UNDP

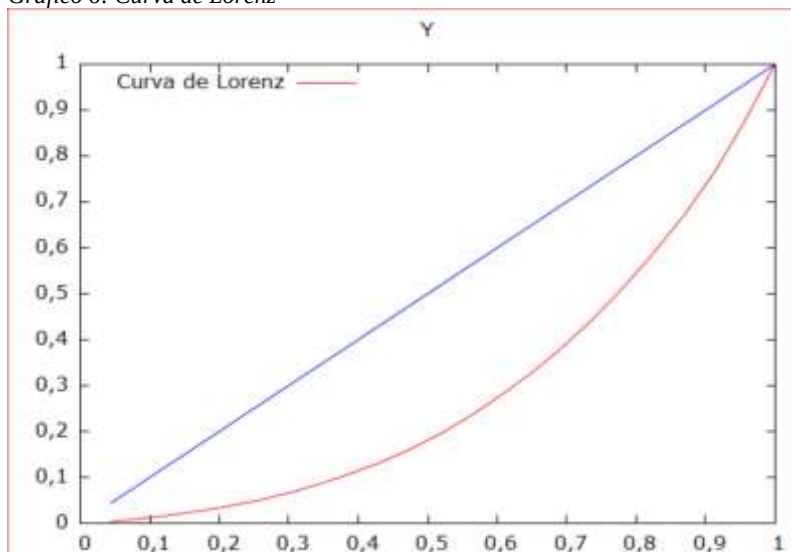
Gráfico 5: Evolução do PIB



Fonte: O próprio a partir de Gretl (2021)

Segundo o relatório de Porter A., Bohl D. et al. (2017) em *Perspetivas e Desafios: Crescimento e Desenvolvimento Humano em Moçambique até 2040*, indica que mais de 65% da população vive em condições de extrema pobreza (menos de USD 1,90 por dia). Grande parte do país não dispõe de infraestruturas básicas (água, saneamento e eletricidade). O país tem das mais baixas esperanças de vida do mundo (173º num total de 186), grande problema de doenças transmissíveis com taxas de mortalidade constantemente elevadas, e ainda regista o terceiro lugar mais baixo em termos de sucessos escolares.

Gráfico 6: Curva de Lorenz



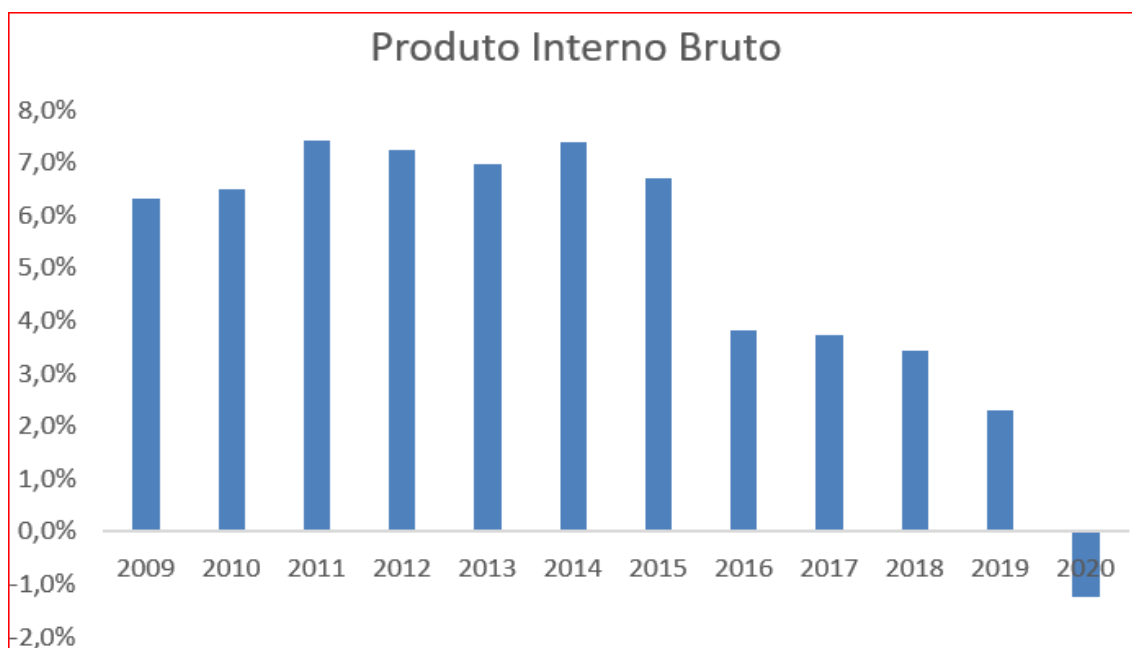
Fonte Própria a partir de Gretl (2021)

- Nº de Observações 23, Coeficiente amostral de Gini = 0,433524

- Estimativa do valor da população = 0,45323

Ainda no mesmo relatório, indica que o crescimento e desenvolvimento económico de Moçambique não tem acompanhado o crescimento populacional. Até 2017 o número da população que vive em extrema pobreza aumentou 5 milhões e o número de pessoas sem acesso a água e saneamento aumentou 3,8 milhões e 7,3 milhões respetivamente, dificultando que o governo melhorasse os serviços básicos. A recente descoberta de uma das maiores reservas de gás natural, colocou sob pressão o setor de energia como grande impulso fiscal para a economia, porém as dívidas ilegalmente contraídas pelo governo originou uma quebra de confiança dos seus principais parceiros de cooperação, como também impôs desafios maiores quanto ao seu afastamento em termos de “maldição dos recursos”.

Gráfico 7: PIB real



Fonte: INE (2021)

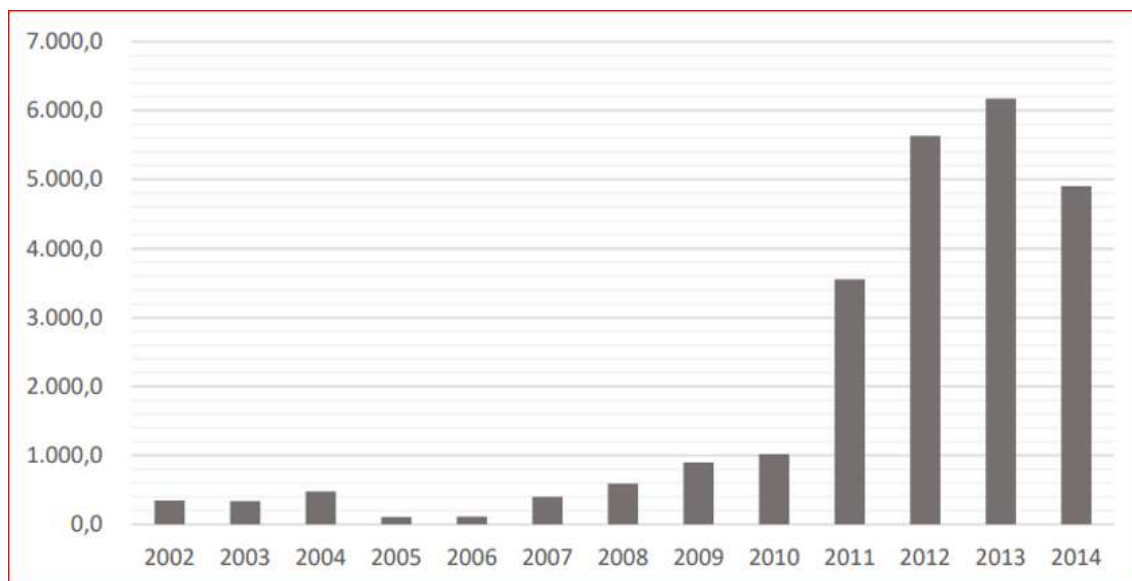
Em termos de crescimento até então, desde 1995 que Moçambique registava um crescimento médio na ordem dos 7%, 2 pp acima da média dos países africanos da África Austral, sendo uma das economias mais dinâmicas da África Subsaariana com taxas de crescimento acima da região de acordo com Banco de Portugal

Em 2016 as taxas de crescimento de Moçambique reduzem para níveis dos 3,4% em virtude do avolumar da dívida contraída ilegalmente.

Segundo o documento do The World Factbook (CIA, 2021), a economia moçambicana é composta por serviços de baixo valor acrescentado, todavia a trajetória do crescimento económico apresentou um crescimento estável do PIB aos anos 2000, apesar de em 2008 ter registado uma contração até 2009, justifica-se pela crise mundial financeira. Mas entre 1993 até 2015 a economia registou um crescimento 7,7%. Todavia em 2016 e 2017 o crescimento real regista um decréscimo de 3,8% a 3,7% respetivamente, estando na origem para esta redução, a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, uma das principais fontes de receitas da economia moçambicana, bem como o fraco desempenho da agricultura pela seca ou estiagem, cheias e outros contratempos das condições climatéricas.

Relativamente aos fluxos de IDE para Moçambique, verificamos um comportamento muito variável, sendo de destacar entre outros aspetos, o notável crescimento registado a partir de 2011, quando comparado com anos anteriores.

Gráfico 8: Evolução dos fluxos de IDE para Moçambique em milhões de USD



Fonte: Banco de Moçambique [BM], (2016).

Fontes do Banco de Moçambique 2020, apontam para um fluxo de IDE que atingiu cerca de 4.901,8 milhões USD em 2014, o correspondente a 1000% comparado com o realizado em 2002, não obstante ter-se verificado uma retração de fluxos de IDE entre 2013-2014 de acordo com o relatório do balanço de pagamentos do Banco de Moçambique. Esta questão prende-se com a pressão exercida pelas transnacionais, queda dos preços no mercado internacional e constrangimentos na logística no transporte de carvão, para forçar o governo a conceder benefícios fiscais.

Gráfico 9: Evolução do IDE por dimensão (USD milhões)



Fonte: BM (2018)

Estes projetos são de atividade especial dada a sua característica, pois envolvem montantes astronómicos, acima de 500 milhões USD, conforme designou Castel-Branco (2008) em *Economia Extrativa e Desafios de Industrialização em Moçambique*, sobre megaprojeto, com uma produção e comércio impactante, com destaque para a Mozal em beluluane com fundição de alumínio, projeto de areias pesadas de Moma e Sazol projeto de gás natural em Inhambane. O custo do investimento nestes 3 projetos ascende a 1 bilião USD o que correspondente a 2/3 da percentagem do PIB de Moçambique em 2013.

Trata-se de um investimento privado representado pelos megaprojetos que contribuem para atrair grande parte de IDE para Moçambique, que demonstra um crescimento abismal entre fluxos ligados aos megaprojetos e as restantes empresas.

Isto resulta em desequilíbrios na economia, na medida em que estas grandes empresas como megaprojetos, podem aceder ao crédito muito facilmente, via mercado de ações e títulos sem recurso aos bancos. Todavia a política monetária restritiva da procura agregada, origina a redução de reservas bancárias e diminuição de depósitos e consequentemente menos valores emprestados pela banca, levando a menos recursos para se investir e consequentemente uma redução do produto, o que pode causar menor lucro líquido para banca, e com isso menor colateral para setor bancário, reduzindo os recursos à disposição dos tomadores de empréstimos para refinanciamentos, com o risco moral a aumentar e provocando a queda de preços das ações das empresas, e perda de poder

financeiro para investimento, queda da procura, emprego e aumento de inflação, de acordo com Bernanker e Gertler (1995).

Em Moçambique, temos uma política de investimento muito concentrada em áreas prioritárias como saúde, educação e outras áreas que possam envolver infraestruturas, mas esta última é financiada pelo setor externo na sua maioria.

Relativamente a esta questão, verificou-se anteriormente que o investimento público tem sido baixo e tem vindo a reduzir-se em áreas prioritárias, mantendo-se o foco na exportação das *commodities* quase que com serviços mínimos em áreas como saúde, educação onde se poderá constatar graficamente o investimento reduzido do governo nestas áreas em % PIB.

Gráfico 10: Repartição do total alocado pelo orçamento do Estado nos setores prioritários



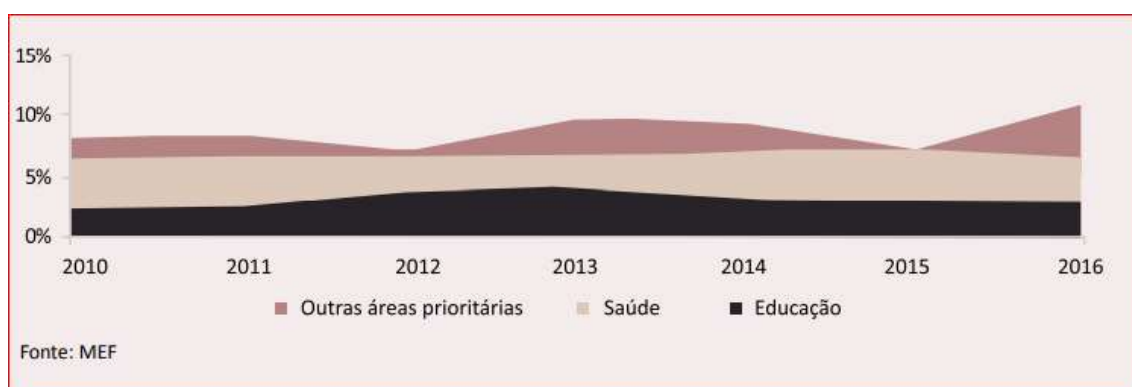
Fonte: Conta Geral do Estado 2008 – 2016, 2018

Segundo o documento, entre 2008 -2016 a educação apresentou a taxa mais elevada de execução do orçamento do estado seguido pela ação social, saúde e saneamento. Esta despesa deriva da componente interna de investimento. Trata-se de

despesa de funcionamento em bom rigor salários e instalações nos setores de educação, saúde e ação social, enquanto a água e saneamento que é um subsetor de infraestruturas recebe financiamento externo, por isso depara-se com problemas de execução devido aos atrasos gerados pela execução tardia desses fundos relacionados com grandes projetos de construção e reabilitação.

Contudo, as despesas anteriormente indicadas, referem-se à execução do orçamento do Estado, ou seja, trata-se de repartição da despesa e não será em percentagem do PIB. Se considerarmos os gastos destas áreas prioritárias em percentagem do PIB, verifica-se uma alocação de recursos quase irrisória, bastante inferior ao que seria de esperar, aonde se pode vislumbrar em 6 anos o investimento na educação em média situou-se abaixo do 5%, área da saúde pouco mais de 5%, e outras áreas com cerca de 8%, conforme ilustra o gráfico 4.

Gráfico 11: Despesas de saúde e educação previstas no orçamento para os setores prioritários, 2010 – 2016 (% do PIB)



Fontes: Education Public Expenditure Review, Health Public Expenditure Review and Service Delivery Indicator survey Banco Mundial, Conta Geral do Estado, MEF, UNFPA, UNESCO (2019)

Tabela 9: Pressupostos macroeconómicos, principais indicadores

Moçambique: Principais Indicadores Económicos		
	2016	2017
	(Variação percentual salvo indicação e contrário)	
Rendimento nacional e preços		
PIB nominal (mil milhões de MT)	689	802
Crescimento do PIB real	3,8	3,0 ¹
Índice de preços no consumidor (fim de período)	21,1	7,2
	(Porcentagem do PIB)	
Operações do Governo		
Total da receita	24,0	25,1
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	32,4	32,1
Saldo global, após donativos	-7,6	-8,2
Saldo primário, após donativos	-4,6	-4,5
	(Variação percentual salvo indicação e contrário)	
Moeda e crédito		
Base monetária	35,2	1,4
M3 (meios de pagamento)	10,1	4,5
Crédito à economia	12,6	-10,4
(Porcentagem do PIB)	37,9	29,2
Setor externo		
Exportações de bens	-2,5	27,9
Exportações de bens, excluindo megaprojetos	-32,5	-7,9
Importações de bens	-37,5	2,9
Importações de bens, excluindo megaprojetos	-40,5	3,3
	(Milhões de US\$)	
Dívida externa pública	10.065	11.395
Conta corrente externa, após donativos	-4.424	-2.039
Reservas internacionais líquidas (fim de período)	1.753	2.297
Reservas internacionais brutas (fim de período)	1.988	2.532
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI		

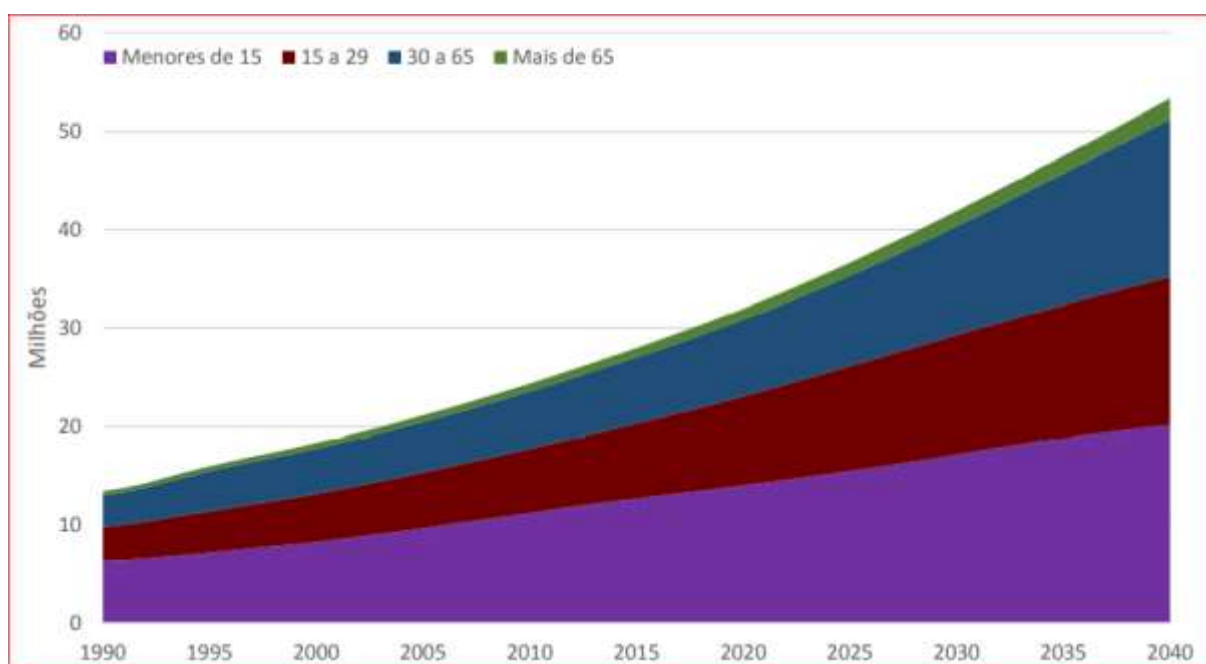
1 Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique indicam que a economia cresceu 3,7% em 2017.

3.1 Principais desafios

- Segundo Porter, A. et al. (2017) in *perspetivas e desafios crescimento e desenvolvimento humano Moçambique*, regista cerca de 29 milhões de habitantes, tornando-se a 12ª maior população em África e a segunda maior na região da África Austral, desde 1992, atingiu cerca de 3% por ano, somando mais de 15 milhões de pessoas

nos últimos 23 anos. Prevê-se que a média do crescimento da população ronde os 2,5% ao ano até 2040, o que significa que Moçambique irá atingir além de 24 milhões de pessoas nos próximos 23 anos. Prevendo-se que tenha 53 milhões de habitantes, o que o tornará no 10º país mais populoso de África. Vide gráfico 13

Gráfico 12: Crescimento da população por idades



Fonte: Porter et al. (2017)

No contexto económico, segundo o observatório do meio rural, existem muitos desafios derivado de preços internacionais desfavoráveis e agravamento da balança de pagamentos; bem como credibilidade dos governos, acarretando redução de investimentos, e afetando o nível de vida da população.

A possibilidade de depreciação do metical, pelo aumento da dívida pública, devido a inércia na taxa de crescimento, tem origem à diversos fatores:

- A falta de medidas concretas para resiliência a alteração climática, pela vulnerabilidade apresentada anualmente, tanto na prevenção como para a recuperação.

- A deterioração da balança de pagamentos, o défice público, as volatilidades das taxas de câmbios colocam o país num nível de vulnerabilidade e muito dependente das ajudas externas.

Segundo a dissertação de mestrado de Mucanze (2016) sobre o investimento direto estrangeiro em Moçambique, as infraestruturas de transporte e portos são inadequadas, o que limitam a capacidade de exportação de matérias-primas do país.

Fragilidades no controlo de fluxos de capitais, eventualmente possa existir expatriação de lucros das multinacionais, assim como um sistema fronteiriço poroso facilita exportação de produtos clandestinamente.

Segundo o Factbook (CIA, 2021), Moçambique tem sido dos países africanos que se tem beneficiado de assistência técnica do FMI, combinando estas com múltiplas reformas macroeconómicas que o governo tem implementado, que tiveram seu início em 1987, tais como reformas fiscais na década 90, incluindo o imposto sobre o valor agregado, e a reforma do serviço aduaneiro, tem melhorado a capacidade de arrecadação de receitas do Estado, todavia cerca de metade da população permanece abaixo da linha de pobreza, com o setor da agricultura a empregar a grande maioria da força de trabalho do País.

Segundo a mesma fonte, a dívida externa outrora substancial, foi reduzida através do perdão e reagendamento sob iniciativas dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) do FMI. Entretanto em 2016 surgiram informações que revelaram níveis atualmente insustentáveis da dívida comercial de 2 biliões de US dólar, contraídas por empresas criadas sem autorização do parlamento que colocaram o Estado como avalista das mesmas, revelando-se assim um país cuja gestão de finanças públicas pouco transparente e com um sistema financeiro de supervisão frágil, incapaz de detetar fraudes e “lavagem de dinheiro”. Embora dificilmente os números exatos da dívida sejam conhecidos estima-se que em 2016 tenham atingido 121,6% e em 2017 cerca de 102,1% do PIB Factbook (CIA, 2021)

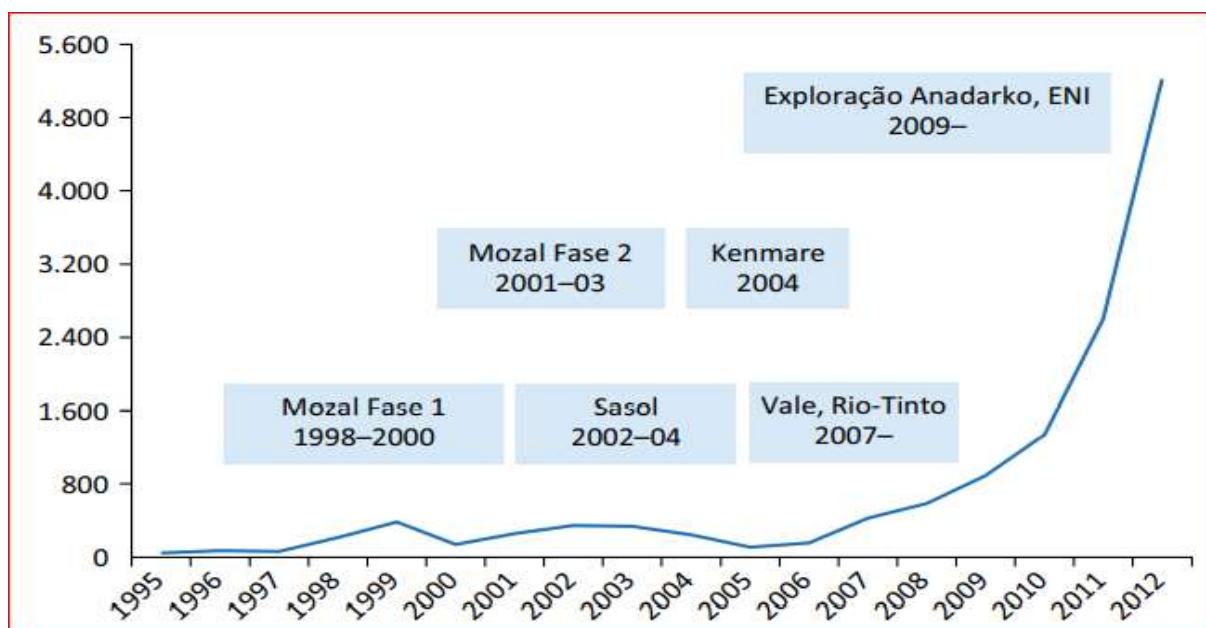
Segundo o livro intitulado The World Factbook (CIA, 2018), apenas 38% da população tem acesso a eletricidade, 10% da população acesso a internet na maioria pela rede móvel em comparação com o mundo o país ocupa o 100º lugar. Ferrovias até 2014

com um total de 4.787 km, estradas com um total de 31.083 km até 2015 em comparação com o mundo na posição 97.

Como é notório, são bastantes os desafios em todas as áreas para um país empobrecido em grande parte pelas guerras, condições climáticas e tensão político militar, têm afetado de forma recorrente este país, observando-se uma certa inércia no que tange ao seu desenvolvimento económico e social.

Neste momento, o impacto do IDE na economia moçambicana tem sido superior ao do investimento nacional, mantendo-se uma economia débil e dependente dos parceiros de apoio ao orçamento de estado e do IDE com enormes desafios a médio e longo prazo, pela falta de apostas em áreas produtivas capazes de forma integrada criar uma cadeia de valores.

Gráfico 13: IDE (milhões de USD)



Fonte: Autoridades moçambicanas, FMI (2015)

Capítulo 4 - Estudo de caso

O principal objetivo deste capítulo, é apresentar-se um modelo de regressão linear múltiplo, capaz de sustentar as justificativas para o comportamento da economia ao longo dos anos em apreço, através destas duas variáveis dependentes.

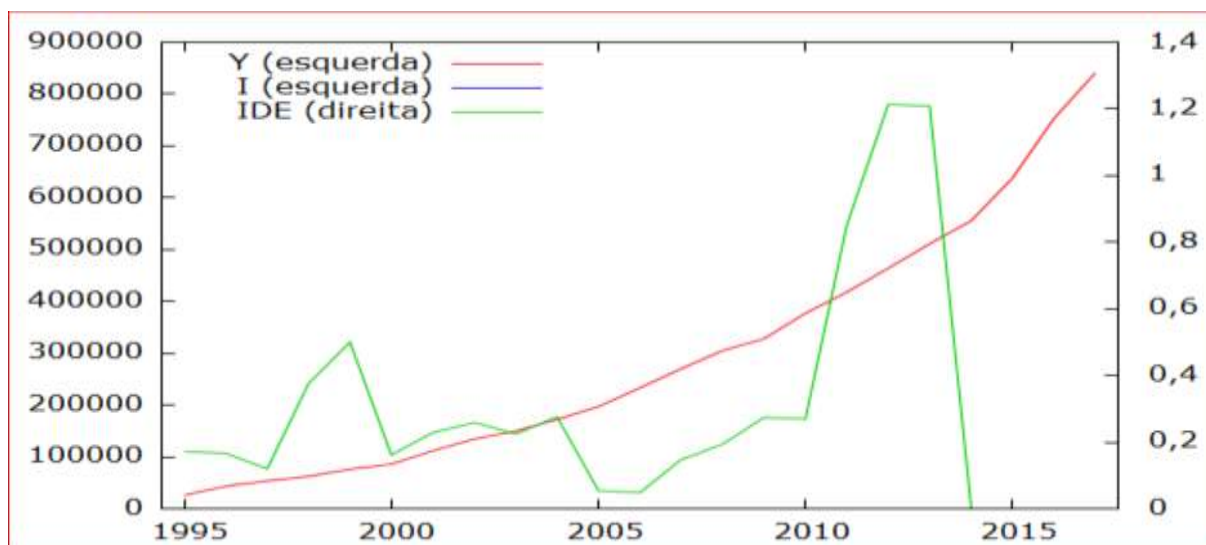
De modo a evitar-se maior dispersão das variáveis iremos trabalhar com log nas variáveis definidas que se encontram na tabela seguinte:

Tabela 10: Valores Investimento e IDE em % do PIB

Anos	Y (PIB milhões MT)	I (%)	IDE (%)
1995	26 170	67,51	1,55
1996	43 558	43,81	1,88
1997	53 664	38,19	1,38
1998	62 506	36,18	4,46
1999	76 349	31,93	6,38
2000	86 132	29,95	2,46
2001	111 770	23,71	4,73
2002	134 420	20,5	6,12
2003	149 909	19,09	5,34
2004	172 321	17,02	6,26
2005	196 989	15,25	1,43
2006	233 100	13,19	2,74
2007	270 053	11,78	3,99
2008	305 123	10,65	5,11
2009	327 866	10,78	7,81
2010	377 115	11,58	11,33
2011	418 037	11,73	25,48
2012	463 921	11,88	34,46
2013	510 997	12,12	39,46
2014	555 447	12,54	28,22
2015	637 760	12,29	24,25
2016	752 702	11,72	26,21
2017	840 526	11,82	17,54

Fonte: World Bank (2021)

Gráfico 14: Evolução de Y, I, IDE



Fonte: Própria de Gretl (2021)

Este gráfico ajuda a perceber melhor o comportamento das várias variáveis.

4.1 Estimação do modelo

Segundo Gujarati, Damodar e Porter (2011), chama-se modelo de regressão linear múltipla, aos modelos de regressão linear que apresentem (2) duas ou mais variáveis explicativas em função da variável (y) dependente.

Esta variável dependente também é conhecida como variável resposta, pois através das explicativas tentamos dar respostas ao comportamento da variável (Y), que neste caso é o nosso produto interno bruto (PIB).

O logaritmo é sempre aplicado quando se pretende ajustar as escalas das variáveis de modo a evitar-se maior dispersão das mesmas. O que pode deixar antever uma normalidade aquando do teste dos resíduos.

Tabela 11: Estimação do modelo

Modelo 2: Mínimos Quadrados (OLS), usando as observações 1995-2017 (T = 23)				
Variável dependente: l_Y				
	coeficiente	erro padrão	rácio-t	valor p
const	15,3777	0,439191	35,01	2,02e-019 ***
l_IDE	0,303490	0,0608538	4,987	7,08e-05 ***
l_I	-1,29871	0,120934	-10,74	9,42e-010 ***
Média var. dependente	12,21432	D.P. var. dependente	0,978314	
Soma resid. quadrados	1,051652	E.P. da regressão	0,229309	
R-quadrado	0,950055	R-quadrado ajustado	0,945060	
F(2, 20)	190,2198	valor P(F)	9,66e-14	
Log. da verosimilhança	2,843428	Critério de Akaike	0,313145	
Critério de Schwarz	3,719627	Critério Hannan-Quinn	1,169865	
rho	0,721428	Durbin-Watson	0,693287	

Fonte: Própria adaptada de Gretl (2021)

Obtemos então o seguinte modelo.

$$\text{LogY} = 15,3777 - 1,29871.\text{LogI} + 0,30349.\text{LogIDE}$$

Tendo em conta que se aplicou o logaritmo para criar-se menos dispersão no modelo, temos:

PIB = LogY

Investimento Público = Log I

Investimento Direto Estrangeiro = Log IDE

4.1.1 Interpretação do modelo

Pode-se concluir que um acréscimo de 1% no investimento público, vai proporcionar uma redução de 1,3 % no produto.

Relativamente ao IDE, ao incrementar-se 1% no IDE, este provocará um acréscimo no produto de 0,30 %

A constante é significativa ao nível de significância de 1 %

A variável independente Investimento, apresenta-se como significativa com p-value inferior 1%

A variável IDE é significativa, pois apresenta p-value inferior a 1%.

R quadrado = 0,95 implica que 95% do modelo pode ser explicado por estas duas variáveis. Sugerindo que haja multicolinearidade, e veremos mais adiante.

A constante é significativa com p-value inferior a 1% e quanto ao investimento público também apresenta p-value baixo inferior a 1%, temos também indicação de que IDE é significativo pelos mesmos motivos apresentados anteriormente

4.2 Teste da Correlação

Coeficientes de Correlação, usando as observações 1995 - 2017					
5% valor crítico (bilateral) = 0,4132 para n = 23					
1_Y	1_I	1_IDE	1_Y	1_I	1_IDE
1,0000	-0,9423	0,8137	1,0000	-0,6663	1,0000
	1,0000	-0,6663		1,0000	1,0000
		1,0000			1,0000

Pode-se constatar que existe uma relação muito forte e negativa de 94% entre o produto e o investimento, enquanto entre o IDE e o produto a relação é positiva e está na ordem de 81%.

Quanto à correlação, pode-se observar que a relação entre o PIB e o investimento, é negativa.

O investimento direto estrangeiro apresenta uma relação positiva relativamente ao produto.

Coeficiente de correlação, é inegável que as correlações entre as variáveis explicativa e independente, apresentam relação de interdependência positiva e negativa, então veremos de que forma se correlacionam.

4.3 Significância global do modelo

$$H_0: \beta_2 = \beta_3 = 0$$

$$H_1: \beta_2 = \beta_3 = 0 \neq 0$$

O F observado na tabela1, que corresponde a 190,22 pertence a região de rejeição, rejeitando-se a hipótese nula (H_0) ao nível de significância de 1%, logo o modelo é globalmente significativo, como se pode comprovar com p-value inferior 0,01

4.4 Teste de normalidade dos resíduos

Teste da normalidade de uhat2:

Teste de Doornik-Hansen = 7,03802, com valor p 0,0296288

W de Shapiro-Wilk = 0,866911, com valor p 0,00559899

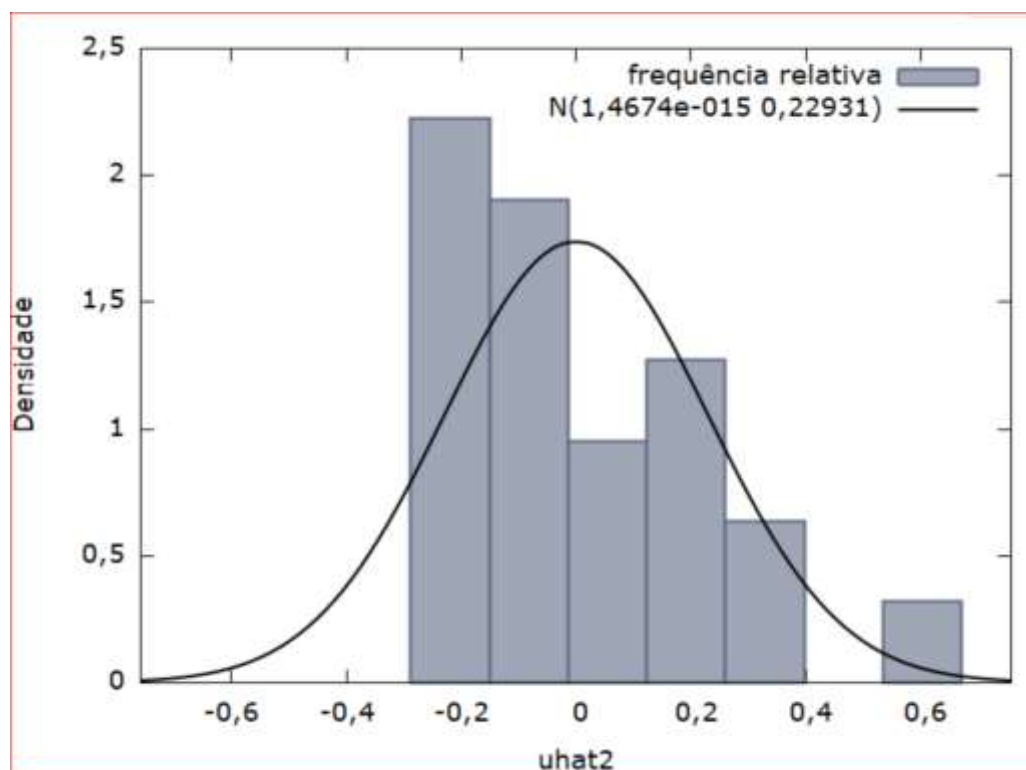
Teste de Lilliefors = 0,221795, com valor p ≈ 0

Teste de Jarque-Bera = 4,87941, com valor p 0,0871865

Fonte: Própria adaptada de Gretl (2021)

Ao observar-se o modelo através do teste Jarque-Bera, verifica-se P-value 0,09 que é maior do que alfa de 0,05, o que equivale a dizer que não se rejeita a hipótese de os resíduos possuírem uma distribuição normal ao nível de significância de 5%, segundo indica a tabela 2.

Gráfico 15: Densidade, normalidade resíduos



Logo conclui-se que os resíduos seguem uma distribuição normal $\sim N(\mu, \sigma)$

Distribuição de frequência para uhat2, observações 1-23
 número de classes = 7, média = 1,46743e-015, desvio padrão = 0,229309

intervalo	ponto médio	frequência	rel.	acum.
< -0,15094	-0,21942	7	30,43%	30,43% *****
-0,15094 - -0,013987	-0,082463	6	26,09%	56,52% *****
-0,013987 - 0,12296	0,054488	3	13,04%	69,57% ****
0,12296 - 0,25992	0,19144	4	17,39%	86,96% *****
0,25992 - 0,39687	0,32839	2	8,70%	95,65% ***
0,39687 - 0,53382	0,46534	0	0,00%	95,65%
>= 0,53382	0,60230	1	4,35%	100,00% *

Teste para a hipótese nula de distribuição normal:
 Qui-quadrado(2) = 7,038 com valor p 0,02963

$H_0: U=0$ Vs $H_1: U \neq 0$

Como o p-value apresenta-se em 0,0296 montante este superior a 0,01; então conclui-se que não se pode rejeitar a hipótese nula, logo os resíduos são estatisticamente nulos e as variáveis explicam quase a totalidade do modelo. Os resíduos seguem uma distribuição normal.

4.5 Teste de White para Heterocedasticidade

$E(u_i | X_i) = 0$

Teste de White para a heterocedasticidade -
 Hipótese nula: sem heterocedasticidade
 Estatística de teste: LM = 3,24791
 com valor p = $P(\text{Qui-quadrado}(5) > 3,24791) = 0,661826$

Hipótese nula admite falta de heterocedasticidade, assim, p-value=0,6618 é maior do que 0,05 demonstra que não existe evidência de homocedasticidade, ao nível de significância de 5%.

Tabela 12: Teste de Heterocedasticidade /Homocedasticidade

Teste de White para a heterocedasticidade (apenas quadrados)					
Mínimos Quadrados (OLS), usando as observações 1995-2017 (T = 23)					
Variável dependente: uhat^2					
	coeficiente	erro padrão	rácio-t	valor p	
const	60,9970	24,8381	2,456	0,0244	**
l_I	-29,0375	16,2909	-1,782	0,0916	*
l_IDE	-5,26923	2,84990	-1,849	0,0810	*
sq_l_I	3,89886	2,58439	1,509	0,1487	
sq_l_IDE	0,471689	0,658967	0,7158	0,4833	
R-quadrado não-ajustado = 0,533067					
Estatística de teste: $TR^2 = 12,260540$,					
com valor p = $P(\text{Qui-quadrado}(4) > 12,260540) = 0,015515$					

Fonte: Própria adaptada de Gretl (2021)

Se o coeficiente da variável independente não for significativo, não há indícios que a variável independente esteja a causar algum tipo de alteração nos resíduos. Logo isso é um sinal de heterocedasticidade. P value = 0,0155 < 0,05, ou seja, não existe homocedasticidade.

Como o modelo é heterocedástico, poderemos concluir que os estimadores são centrados e consistentes, e não eficientes, isto é, não apresentam estimadores de variância mínima.

Teste de White:

$H_0: \alpha_1 = \alpha_2 = \alpha_3 = \alpha_4 = \alpha_5 = 0$

$n \cdot R^2 \text{ ao quadrado} \approx \chi^2 \text{ (df)} \Rightarrow 23 \cdot 0,95 = 22,620$

$\chi^2 = 12,3$

Dado que $n \cdot R^2 \text{ ao quadrado} > \chi^2$, isto é 22,62 é superior a 12,3, rejeitamos H_0 , logo concluímos que o modelo tem heterocedasticidade.

A omissão das variáveis que seriam importantes para a explicação do comportamento do PIB, tais como, o Investimento privado, o Consumo das famílias (C), as importações (M), Exportações (X) e os Gastos públicos podem explicar a heterocedasticidade do modelo.

4.6 Teste de causalidade de Granger

Tabela 13: Teste de causalidade de Granger

Variável dependente: 1_Y				
	coeficiente	erro padrão	rácio-t	valor p
const	15,3777	0,439191	35,01	2,02e-019 ***
1_I	-1,29871	0,120934	-10,74	9,42e-010 ***
1_IDE	0,303490	0,0608538	4,987	7,08e-05 ***
Média var. dependente	12,21432	D.P. var. dependente	0,978314	
Soma resid. quadrados	1,051652	E.P. da regressão	0,229309	
R-quadrado	0,950055	R-quadrado ajustado	0,945060	
Log. da verosimilhança	2,843428	Critério de Akaike	0,313145	
Critério de Schwarz	3,719627	Critério Hannan-Quinn	1,169865	
rho	0,721428	Durbin-Watson	0,693287	

Fonte: Própria adaptada de Gretl (2021)

Significância de 5%

Observando o VECM da tabela 3, verifica-se um β_0 (15,3777) positivo, o que implica que as variáveis explicativas também contribuem em parte com uma forte influência sobre o Produto Interno Bruto

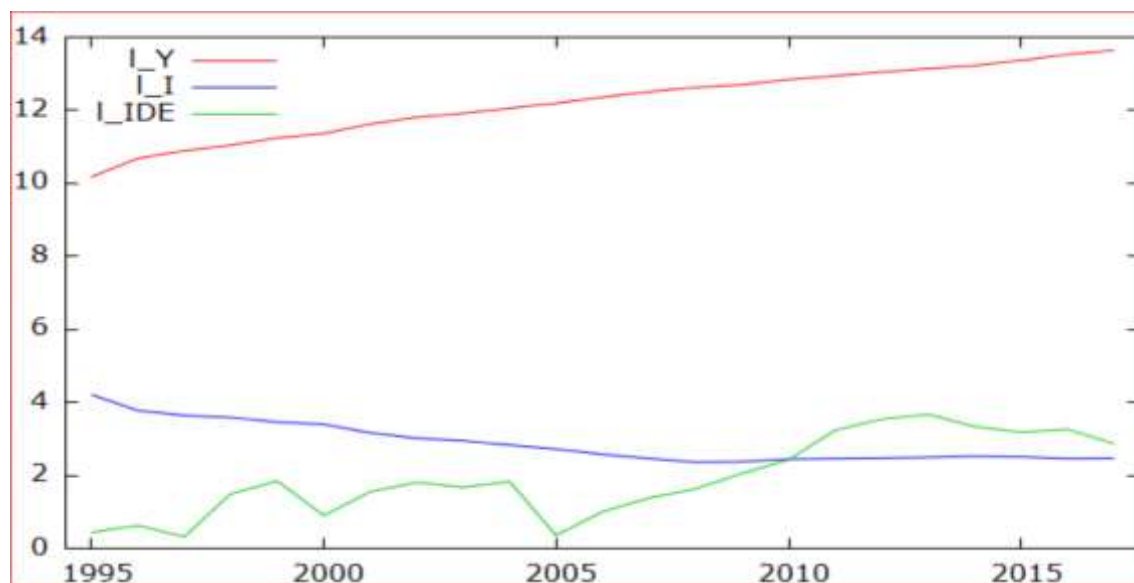
A hipótese alternativa

IDE causa PIB de Granger com p-value 7,08e-05 inferior a 0,05

Investimento público causa PIB de Granger com p-value 9,42e-010 inferior 0,05

Rejeita-se a hipótese nula. logo a hipótese de raiz unitária é rejeitada para os resíduos da regressão de cointegração.

Gráfico 16: Evolução das variáveis Y (I, IDE)

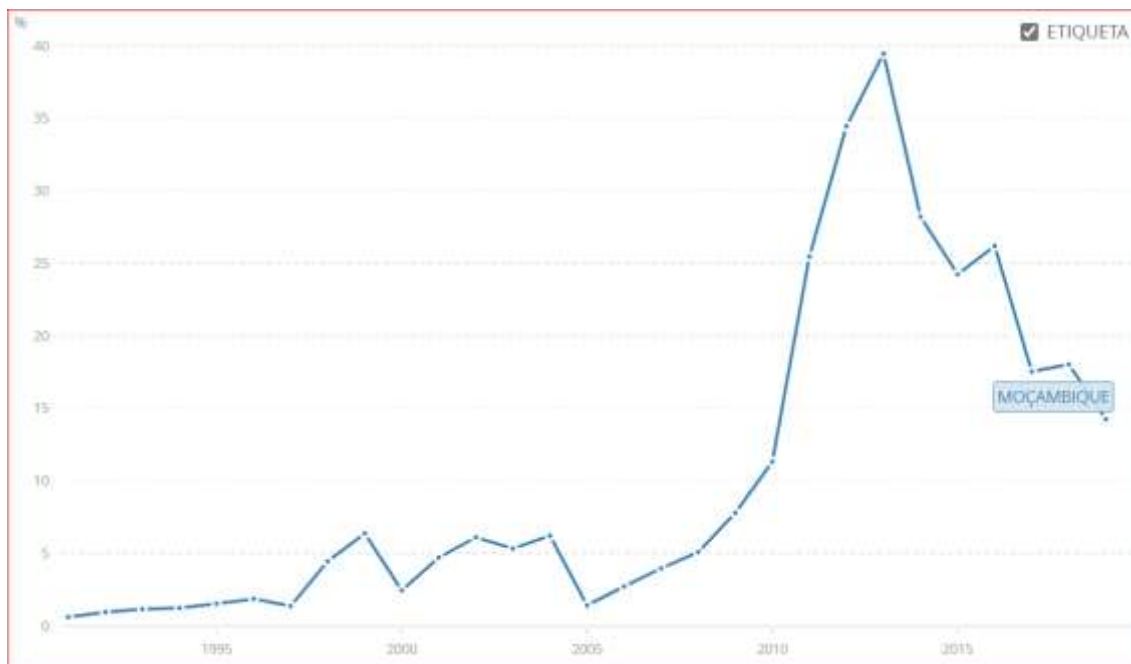


Fonte: Própria adaptada de Gretl (2021)

Observando o gráfico11, o comportamento do investimento segue uma tendência negativa, enquanto o IDE vai oscilando, somente a partir de 2005 segue uma tendência crescente, para estabilizar-se em 2014 – 2015. Estas variações verificadas são em % do PIB.

Consegue-se perceber claramente que existe um ligeiro crescimento do PIB à custa do IDE. E em contrapartida os investimentos têm se reduzido em áreas produtivas, principalmente no setor da agricultura considerada área relevante, mas tem tido um desempenho medíocre ao longo do período em apreço. De referir que este setor pouco desenvolvido, que absorve mais de 60% da população, continua a apresentar uma forma de agricultura de subsistência, e agravando-se a sua produção pelas condições climáticas que tem fustigado o país, pelas constantes depressões, cheias e estiagem, originando falta produção e produtividade neste setor.

Gráfico 17: Investimento Direto Estrangeiro (%PIB)



Fonte: World Bank (2021)

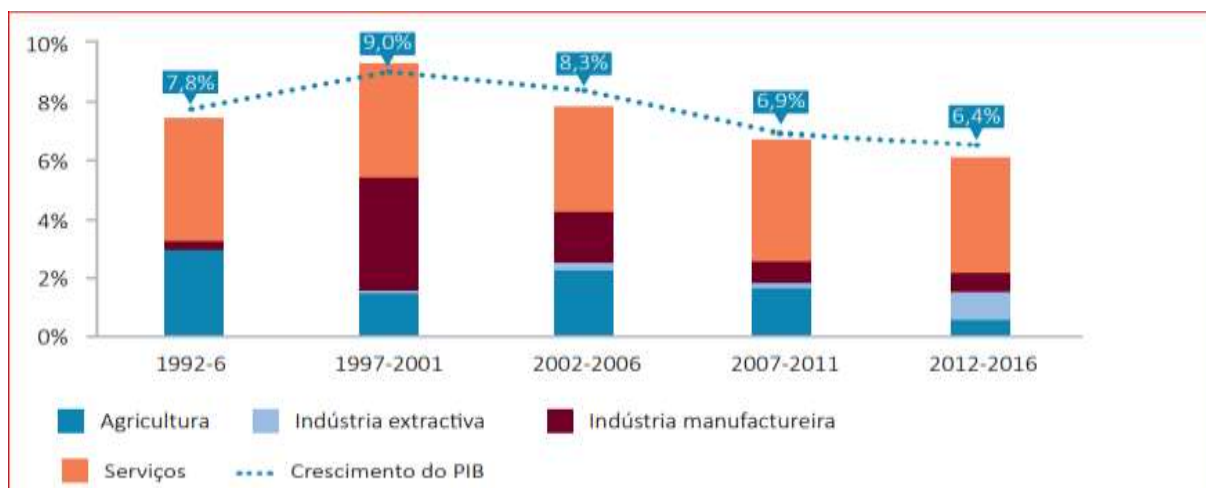
O Estado por sua vez, que tem vindo a reduzir os seus investimentos públicos, mas com uma massa salarial em crescendo, com custos elevados do serviço da dívida, focalizando-se apenas nos megaprojetos em detrimento de outros setores e pouco controlo na questão de lucros reinvestidos por parte das multinacionais que têm repatriado seus lucros.

Apesar de o mercado cambial e monetário, apresentarem uma situação supostamente favorável para o IDE e o comércio internacional, pois a apreciação da taxa de câmbio pode ser responsável pela proteção dos bens transacionáveis no mercado internacional, permitindo assim estimular as exportações conforme Williamson, J. (2003), espera-se que uma depreciação da moeda possa beneficiar o investimento. Como é que esta questão se explica. Simplesmente pelo fato de haver uma depreciação da moeda, aumenta o investimento pois ficará o investidor em vantagem obtida ao investir obtendo assim maior retorno por esse facto. Quando a taxa de câmbio se aprecia, deprecia-se a moeda local criam-se condições para um aumento de exportações, pois os produtos a exportar tornam-se mais competitivos no mercado internacional, pelo aumento da procura externa. Todavia, esta teoria poderá desajustar-se quando se trata de

determinados produtos característicos, tais como matérias-primas, conforme se explica mais adiante

A partir de 2006 começou a verificar-se uma aposta cada vez maior aos megaprojetos, o que implica IDE para a indústria extrativa, o que implica uma dependência cada vez maior de exportação de matérias primas que estão sujeitas a volatilidade de preços no mercado internacional, pois este fator permite concluir que o seu impacto no produto pode não resultar conforme o esperado, pois ultimamente tem-se assistido uma baixa de preços das commodities no mercado internacional, por esse motivo o PIB real tem vindo a registar uma queda como se pode observar no gráfico 16 no período entre 2012 a 2016, a média de crescimento é de 6,4%.

Gráfico 18: Os setores dos serviços e das indústrias extrativas contribuem cada vez mais para PIB



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Moçambique (2020)

Deste modo, sobressai nesta situação o interesse para o investimento como um mecanismo de transmissão da taxa de cambio para o crescimento económico, segundo Gala (2007), demonstra como a desvalorização de determinada moeda pode contribuir para a acumulação de capital, que se obtém pela produtividade e nível de salário real mediante o preço dos bens, pois a receita será maior, em virtude do seguinte pressuposto:

Apreciação da moeda, implica maiores salários e menor preço dos produtos comercializáveis, e menor margem para lucro. Enquanto a moeda depreciada implica maior preço do produto comercializado, menor salário, capacidade de aumentar maior

fator produtivo, aumento da capacidade para gerar mais receita e maior crescimento pela condição criada para investir, conforme Gala (2007).

Para Moçambique, para as multinacionais que investem localmente, concentram as suas atividades na indústria extrativa, baseado na extração de matérias-primas, tais como, carvão, gás, madeira e sendo estes recursos não renováveis exigem outro tipo de controlo e cuidados na sua gestão.

Neste contexto, nos países pobres os efeitos a nível económico não se fazem sentir no seio da população, pois a mão de obra nestes projetos não é intensiva, os preços destas matérias primas são fixados pelo mercado internacional e por isso a volatilidade destes não se traduz em termos económicos em grandes ganhos, aliado a este aspeto, acresce a questão de instabilidade política, corrupção e falta de estudos de impacto ambiental, fazendo com que o IDE que a partida possa parecer positivo mas a longo prazo pode impactar negativamente na economia.

Com estas condições, a multinacional investidora tem mais a ganhar do que o país recetor desses fluxos de IDE, pois sem dispor de *know-how*, nem infraestruturas, a cadeia de valor quebra-se, apenas explora matéria prima e relativamente ao desemprego, este continua, as receitas não crescem como esperado, em virtude dos demais benefícios concedidos as multinacionais como isenções fiscais de médio e longo prazo.

Neste contexto por arrastamento surgem alguns setores de prestação de serviços, tais como alojamento, e restauração, transportes e armazenagem, comunicações, aluguer através de imobiliárias e o setor financeiro em franco crescimento.

Análise estatística

	Média	Mediana	D.P.	Min	Máx
1_Y	12,21	12,36	0,9783	10,17	13,64
1_I	2,888	2,579	0,5421	2,366	4,212
1_IDE	1,934	1,812	1,077	0,3221	3,675

Observando os dados, segundo Gujarati (2003), o desvio padrão representa o erro padrão da distribuição amostral do estimador. Este permite analisar a volatilidade das variáveis, quanto maior for o seu valor, maior será a volatilidade da variável que neste caso, é evidente que o desvio padrão associado ao IDE e ao Produto apresentam valores altíssimos, logo estas duas variáveis são altamente voláteis.

4.7 Análise da Covariância

Matriz de covariâncias dos coeficientes de regressão:

const	1_IDE	1_I	
0,192889	-0,0213229	-0,0517194	const
	0,00370319	0,00490321	1_IDE
		0,0146251	1_I

A covariância indica-nos o grau de associação linear entre variáveis, segundo Gujarati (2003), neste âmbito verifica-se que entre o IDE e o investimento a relação positiva.

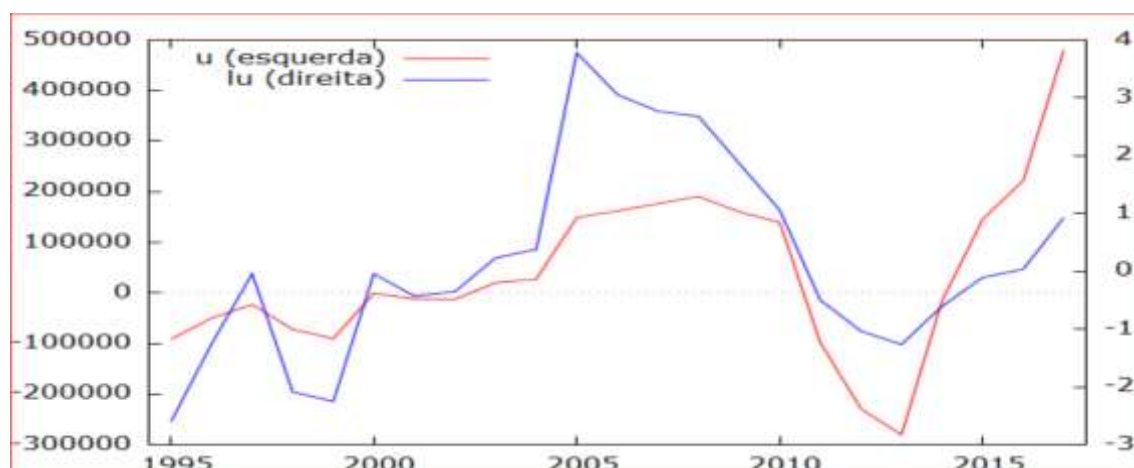
Para que se saiba se estamos perante um bom modelo, já testamos a normalidade dos resíduos, pois estes devem obedecer a uma distribuição normal. Temos as variâncias de cada estimador na diagonal.

Verificando a tabela, podemos observar valores da variância baixos o que pressupõe, que haja menos dispersão.

4.8 Análise de Autocorrelação

$H_0: \rho = 0$ vs $H_1: \rho > 0$

Gráfico 19: Verificar se existe autocorrelação



Fonte: Própria adaptada de Gretl (2021)

Constata-se correlação entre os resíduos destas variáveis, pois elas aparecem no gráfico com apresentação de autocorrelação, logo poderá haver esse efeito de correlação entre os resíduos, rejeitando-se a hipótese nula.

4.9 Estacionaridade da função

Inicialmente dever-se-ia garantir a estacionaridade da série, depois poderemos fazer as relações que se deve estabelecer entre as variáveis

Teremos que observar o processo estocástico estacionário que deve ter média e variância independentes de tempo. Relativamente ao PIB este cresce com o tempo, poderemos estar perante uma função espúria, pois variáveis económicas geralmente são funções crescentes ao longo do tempo, e se estamos a considerar o a série do PIB, não seria razoável assumir-se que nesta série a média fosse independente do tempo e muito menos que a variância não dependesse do nível da série. Granger & Newbold (1974) identificaram a regressão espúria, para que se possa expurgar esse fenómeno recorrendo-se a séries estacionárias.

Porém não iremos prosseguir com esta análise, visto que este impacto na economia causado pelas variações do investimento direto estrangeiro e do investimento público, apresentam alguns valores omissos, tais como capital humano, investimento no setor privado, formação bruta de capital fixo. Isto permitir-nos-ia medir o impacto mais preciso, com base em cada uma destas componentes na economia.

Tabela 14: Valor estimado com inclusão da variável tempo

Variável dependente: l_Y				
	coeficiente	erro padrão	rácio-t	valor p
const	12,5821	0,219473	57,33	9,40e-023 ***
l_IDE	0,0285991	0,0246917	1,158	0,2611
l_I	-0,558193	0,0588655	-9,483	1,23e-08 ***
time	0,0990733	0,00644389	15,37	3,56e-012 ***
Média var. dependente	12,21432	D.P. var. dependente		0,978314
Soma resid. quadrados	0,078241	E.P. da regressão		0,064171
R-quadrado	0,996284	R-quadrado ajustado		0,995697
F(3, 19)	1698,096	valor P(F)		2,97e-23
Log. da verosimilhança	32,72420	Critério de Akaike		-57,44840
Critério de Schwarz	-52,90642	Critério Hannan-Quinn		-56,30611
rho	0,537834	Durbin-Watson		0,560585

Fonte: Própria adaptada de Gretl (2021)

A série apresenta tendência determinística $y_t = \beta_0 + \delta t + \varepsilon_t$

Assim, existe a possibilidade de a média alterar-se em cada momento.

$H_0: \alpha = 1$ (de raiz unitária) contra $H_a: |\alpha| < 1$ (de estacionaridade)

Neste caso, vamos aplicar a 1ª diferença para que se possa manter o produto como variável numa série estacionária, evitando assim que a média se altere a cada instante e a variância possa manter-se constante, conforme a seguir se apresenta:

```
Teste Aumentado de Dickey-Fuller para d_1_Y
testar para baixo a partir de 7 defasamentos, critério AIC
dimensão de amostragem 21
hipótese nula de raiz unitária: a = 1

teste com constante
incluindo 0 defasamentos de (1-L)d_1_Y
modelo: (1-L)y = b0 + (a-1)*y(-1) + e
valor estimado de (a - 1): -0,805405
estatística de teste: tau_c(1) = -7,7028
valor p 1,828e-006
coeficiente de 1ª-ordem para e: -0,052
```

Não iremos prosseguir na medida em que, algumas variáveis aparecem omissas, tais como o consumo, exportações líquidas, e isso pode influenciar no impacto do produto.

Conclusão

Como referido anteriormente esta dissertação pretendia responder à seguinte questão: Será que a economia em Moçambique está a ser afetada pelo comportamento do investimento público e do investimento direto estrangeiro?

Esta questão originou dois objetivos principais que passamos a enunciar e que foram anteriormente expostos: (i) criar um modelo que observe o impacto da variável independente (investimento) na variável dependente (PIB), para se verificar de que forma a economia moçambicana está a ser influenciada por esta rubrica e (ii) analisar de forma qualitativa, o impacto das políticas implementadas pelo governo.

Neste sentido, a dissertação iniciou-se com uma discussão sobre o papel e a importância do Produto Interno Bruto bem como do Investimento Público e do Investimento Direto Estrangeiro. Esta discussão foi importante, pois além de mostrar a importância de cada item, serviu para se construir um modelo estatístico baseado nestas variáveis.

Metodologicamente optou-se por utilizar um método misto, usando simultaneamente uma avaliação mais qualitativa da sociedade de Moçambique e complementada por uma análise mais quantitativa baseada na observação do impacto da variável independente (investimento público) na variável dependente (PIB).

Como se teve oportunidade de verificar, Moçambique é um país que apresenta algumas limitações de desenvolvimento, apesar de ser um país marcado pela enorme juventude da sua população.

Apesar de Moçambique possuir um solo arável, água e energia em quantidade abundante, assim como de recursos minerais como carvão e gás natural ao longo da costa, a par de um grande potencial de mão de obra intensiva, o país regista níveis de pobreza significativos e um potencial agrícola muito pouco explorado, a que não será estranho os problemas constantes com cheias, furacões entre outros fatores e o não investimento numa agricultura mecanizada como impulso para a passagem do setor primário para o secundário.

A evolução do Produto Interno Bruto ao longo dos anos tem registado valores relativamente reduzidos, sendo de destacar mesmo o ano de 2020 que registou uma evolução negativa de aproximadamente -1,3% (INE, 2021).

A situação política tem sido delicada devido aos constantes conflitos entre os dois maiores partidos (Frelimo e Renamo).

Socialmente, Moçambique depara-se com um défice em várias áreas importantes, destacando-se a educação, saúde e o analfabetismo.

Outra entidade importante para ajudar a caracterizar um país é proposta pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) que no seu relatório de desenvolvimento humano (2015), classificou Moçambique como um país de baixo desenvolvimento humano (180º em 188 países), com um IDH 0,416 e com uma esperança de vida de 55 anos. Já em 2020, esta mesma organização, classificou Moçambique no mesmo escalão e sofrendo mesmo uma queda de uma posição (181º) o que não deixa de ser preocupante.

Neste sentido, este país tem-se deparado com inúmeras restrições e condicionantes ao seu desenvolvimento. Todavia, os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro têm vindo a crescer nos últimos anos, apesar de haver períodos de forte instabilidade como aconteceu nos anos de 2013-2014.

Por outro lado, verifica-se em moçambique que o investimento público tem sido reduzido e tem vindo a reduzir-se em áreas prioritárias o que pode ainda mais agravar o débil crescimento económico do país.

Como é notório, são bastantes os desafios em todas as áreas para um país empobrecido em grande parte pelas guerras, condições climáticas e tensão político militar, têm afetado de forma recorrente este país, observando-se uma certa inércia no que tange ao seu desenvolvimento económico e social.

Neste sentido, será que a economia em Moçambique está a ser afetada pelo comportamento do investimento público e do investimento direto estrangeiro?

Da análise qualitativa e do modelo de regressão apresentado e validado, pode-se concluir que sim, e verifica-se que ambas as variáveis influenciam o produto interno bruto, embora em sentido contrário.

Neste contexto, o Investimento Direto Estrangeiro tem contribuído positivamente para que se consiga pequenos acréscimos no produto, enquanto o Investimento Público tem contribuído negativamente, conforme observado no modelo.

Pode-se mesmo verificar que o investimento público tem vindo a decair ano após ano, o que poderá ser parcialmente explicado pelas seguintes razões:

- Moçambique transformou-se num país cuja economia se baseia na indústria extrativa; não sendo surpresa no modelo a variável investimento ir decaindo em percentagem do PIB, e contrariamente ao IDE que se apresenta em crescendo;

- A base de produtos de exportação em Moçambique é obtida à custa de bens primários (camarão, amêndoa de caju, alumínio, castanha de caju, energia elétrica, tabaco, areias pesadas, madeira) ...e outros, denominados *commodities*; sendo esta componente baseada em produtos primários, pouco ou nada acrescenta a economia, pois se a importação é constituída de produtos acabados, calçado, vestuário, combustíveis líquidos entre outros, consequentemente existe um desequilíbrio na balança de pagamentos em virtude da balança comercial apresentar défice sucessivos.

- Cada vez mais a indústria extrativa se tem assumido como um papel relevante, fazendo com que a aposta governamental abdique dos demais setores como a agricultura, substituindo-a pela exportação dos recursos naturais; por este motivo conseguimos visualizar no modelo que estas duas variáveis (Investimento público e IDE), são independentes e atuam em sentidos contrários, comprovando-se que quem de facto contribui para um crescimento da economia é o IDE.

- Com a renúncia do governo no investimento público em áreas que eventualmente seriam produtivas, constata-se uma relação inversa entre esta variável e o produto, pois é notório que o crescimento da economia moçambicana está tão dependente do IDE, ou seja, dos recursos naturais, deste modo assegura-se esta relação fortemente positiva entre o IDE e o PIB; Esta política de investimento ou de desinvestimento, baseado apenas em exportações de *commodities*, fragiliza a economia, na medida em que, este tipo produto (*commodities*), demonstra características especiais uma vez que o seu preço é definido no mercado internacional, causando uma debilidade na economia devido a essa volatilidade de preços no mercado internacional, pois o desafio seria a diversificação do investimento, investindo em áreas produtivas, conforme se viu o desvio

padrão de IDE era altíssimo, antevendo-se uma volatilidade no desempenho desta variável;

- A falta de absorção do IDE que não encontra em países pobres como Moçambique, uma eficácia nos fundos aplicados por este tipo de investimento, pode implicar uma inércia no que tange ao impulso da sua economia, em virtude da falta de *know-how*, infraestruturas, mão de obra qualificada e altos níveis de corrupção, impedem que se crie uma cadeia de valor, capaz de tornar uma economia robusta;

- Níveis elevados de corrupção impedem que o investimento público seja canalizado para áreas chave e prioritárias, educação e infraestruturas deveriam apresentar resultados mais ambiciosos como forma de absorção do IDE. A falta de uma gestão criteriosa das finanças públicas, o país apresenta uma falta gritante de absorção dos fluxos do IDE, e a falta de um comprometimento sério do governo na diversificação da economia, mantendo o país dependente das importações, de produtos acabados e da indústria extrativa.

- Ao observar-se as estatísticas descritivas, das variáveis em apreço, constata-se que tanto o PIB, assim como o investimento público registaram um desvio padrão elevado, indicando que existe uma volatilidade destas variáveis, pois assiste-se a substituição do investimento em áreas tradicionais como agricultura, infraestruturas, dando primazia apenas ao investimento estrangeiro.

- Esta economia apresenta uma interdependência do Investimento Público e do IDE, contudo só uma delas apresenta impacto positivo, o (IDE). Em relação ao investimento público, verifica-se que esta variável não tem contribuído favoravelmente para o PIB, pois o governo tem vindo a diminuí-lo anualmente, fazendo com que seja o IDE a variável que mais contribui para o PIB. Pode-se mesmo afirmar que a base de desenvolvimento da economia moçambicana, tem sido a indústria extrativa.

- Desconhece-se até ao momento qualquer estudo de impacto ambiental neste tipo de indústria de extração, contratos de concessão pouco transparentes, e isenções fiscais de médio e longo prazo às multinacionais, impedem que este investimento direto, tenha maior e melhor absorção na economia moçambicana, pelo fraco *know-how* apresentado pelos moçambicanos. Esta questão da falta de estudo, pode acarretar no futuro, prejuízos para a economia moçambicana no longo prazo, na medida em que esta

atividade, pode acarretar externalidades negativas, com poluição ambiental e destruição eventual do ecossistema, o que pode comprometer um desenvolvimento futuro.

- A falta de disciplina na gestão das finanças públicas, mostra bem a queda acentuada no investimento público, pese embora haja menção nos seus instrumentos de planificação (PQG, PII) uma aposta em investir áreas produtivas, porém a despesa corrente tem sido onde o governo tem aplicado mais gastos, principalmente na massa salarial tem crescido para níveis de 2 dígitos. Todavia, a dívida contraída de forma ilegal em 2013-14 e descobertas em 2015, envolvendo 3 empresas, duas das quais privadas privadas, (*Proindicus, MAM e Ematum*), sendo esta última estatal, estas dívidas colocado o Estado moçambicano como avalista, e a consequente degradação da balança de pagamentos, aliada a depreciação do metical, contribuindo assim para um fraco desempenho do PIB, o que indicia existência de corrupção e uma consequente situação economicamente pouco abonatória.

- A falta de uma política para atração em larga escala do IDE para áreas industriais e agrícolas tirando partido do dividendo demográfico (vide em anexo curva de Lorenz), sugerem que o desenvolvimento da economia é retardado, pois indica-nos que ainda existem grandes desigualdades em Moçambique.

Finalmente, em termos de **linhas de orientação futuras**, podemos sugerir aumentar o modelo de análise através da introdução de outras variáveis que ajudem a analisar de forma aprofundada qual das outras variáveis económicas contribui tanto como o IDE para o crescimento da economia moçambicana.

Complementarmente, pode-se igualmente fazer uma análise mais qualitativa, baseada na aplicação de questionários aos responsáveis políticos nacionais e provinciais.

Referências

Azman-Saini, W., Baharumshah, A., & Law, S. (2010). Foreign direct investment, economic freedom and economic growth: International evidence. *Economic Modelling*, 27(5), pp. 1079-1089. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2010.04.001> obtido a 08 de Janeiro de 2021.

Banco de Portugal (2021). Investimento direto – princípio direcional. Portugal: Banco de Portugal. <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/quadros/874> obtido em 30 Julho de 2021

Banco de Moçambique [BM], (2016). *Compilação de Mucanze, N. A. Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique: Aspectos positivos e negativos*, pp. 83. Obtido em Outubro de 2020.

Banco de Moçambique [BM], (2020). *Boletim Anual da balança de Pagamentos 2021*. Moçambique: BM.

Barro, R. J. (1979). On the determination of the public debt. *Journal of Political Economy*, 87(5): 940-971.

Bayraktar, N. & Fofack, H. (2019). Effectiveness of Public Investment on Growth in Sub-saharan Africa. *Euroasian Economic Review*, 9, pp. 421-457. Obtido em 02 de Agosto de 2021.

Bernanke, Ben S., & Gertler, M. (1995). O Canal de Crédito de Transmissão da Política Monetária.. *Journal of Economic Perspectives*, 9(4), pp. 27-48. Obtido em 19 de Abril de 2021.

Borensztein et al., (1998). How does foreign direct investment affect economics growth. *Journal of International Economics*, 45(1), pp.115-135. Obtido em 09 de Maio de 2021 in [https://doi.org/10.1016/S0022-1996\(97\)00033-0](https://doi.org/10.1016/S0022-1996(97)00033-0).

Bogdan, R., & Biklen, S. (2005). *Investigação Qualitativa em Educação*. in www.bing.com/search?q=qualitativa+segundo+Bogdan+%26+Biklen%2C+citados+por .

Castel-Branco, C. & Francisco, A. A. S. (2008). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Moçambique: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). doi:978-989-96147-4-1, obtido em Maio de 2021.

Central Intelligence Association [CIA] (2021). *The World Factbook 2021*. USA: CIA, obtido a 02 de Agosto de 2021 in The World Factbook - The World Factbook (cia.gov).

Central Intelligence Association [CIA] (2018). *The World Factbook 2018*. USA: CIA, obtido a 02 de Agosto de 2021 in The World Factbook - The World Factbook (cia.gov)

Choong, C. K., Yusop, Z & S. C. (2009). O Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no Crescimento Económico da Malásia: O papel do setor financeiro interno. *International Journal of Economics and Finances*, 7 (3), pp. 382-388.

Conta Geral do Estado [CGE] (2016-2017). *Dados estatísticos*. Obtido em Maio de 2021.

Creswell, J.W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. (3ª ed.) Porto Alegre: ArtMed.

Denzin, N. & Lincon, Y. (2006). *Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. (2ª ed.) Porto Alegre: ArtMed.

Dinis, F. (2010). *Crescimento e Desenvolvimento Económico* (2ª ed.). Portugal: Sílabo Editora.

Dollar, D. & Kraay, A. (2002). Growth Is Good for the Poor. *Journal of Economic Growth*, 7, 195-225. <https://doi.org/10.1023/A>. Obtido em 11 de Janeiro de 2021.

Dunning, J. H. (1988). The Eclectic Paradigm of International Production: A Restatement and Some Possible Extensions. *Journal of International Business Studies*, 19, 1-31. <http://dx.doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490372>. Obtido a 03 de Maio de 2021.

Euroasian Economic Review (2021). *A Journal in Applied Macroeconomics and Finance*. Issue 3. EUA: Editor Hakan Danis, MUFG Union Bank. Obtido a 08 de Agosto 2021. In <https://www.springer.com/journal/40822/editors?gclid=Cj0KCQjwssyJBhDXARIsAK98ITS>

Figueiredo, A. Pessoa, A. & Silva, M. (2008). *Crescimento Económico* (2ª ed.). Portugal: Escolar Editora.

Friedman M. (1962). Taking Friedman seriously: maximizing profits and social performance. *Journal of Management Studies*, 42 (1), pp. 133-134. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2006.00583.x>

Gala, P. (2007). Real Exchange Rate levels and Economic Development: Theoretical Analysis and Economic Evidence. *Cambridge Journal of Economic*, 32 (2), pp. 273-288. <https://scholar.google.pt/citations?user=xyx> Obtido 29 de Abril de 2021

Gody, N. (2005). Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria de custos de transação em artigos em artigos apresentados nos congressos da Sober. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. <https://www.scielo.br> obtido a 08 de Setembro de 2021

Gujarati, D. N. (2003). *Econometria Básica*. Nova York: McGraw-Hill.

Gujarati, Damodar N. & Porter, Dawn C. (2011). *Econometria Básica*. (5ªed). Nova York: McGraw-Hill.

Granger, C. J. & Newbold, P. (1974). Spurious regressions in econometrics, *Journal of Econometrics*, 2(2), p. 111-120.

<https://scholar.google.pt/scholar?q=granger+and+newbold+1974&hl> obtido a 07 de Julho de 2021.

<https://silo.tips/download/2-metodologia-postura-face-investigacao-e-opoes-motodologicas> obtido a 12 de Fevereiro de 2021.

https://www.bancomontepio.pt/iwov-resources/sitepublico/documentos/pt_PT/empresas obtido a 28 de Julho 2021.

<https://myaicep.portugalexporta.pt/mercados-internacionais/mz/mocambique> obtido a 28 de Julho de 2021.

Instituto Nacional de Estatística [INE] (2020). In www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais obtido em Março de 2021

Inquérito ao Orçamento Familiar [IOF] (2014/2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar*. Obtido em www.ine.gov.mz em Maio de 2021.

Leitão, Nuno C. & Raseki, S. (2013). O Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no Crescimento Económico: Economia Teórica e Aplicada. *Asociatia Generala a Econimistilor din România*. 578, pp. 51-62. Obtido a 09 de Maio de 2021 in ideas.repec.org/a/agr/journal/vxxy2013.

Kerlinger, F. (2003). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, um tratamento conceptual* (9ª ed.). Portugal: Pedagógica e Universitária, Editora.

Keynes. John M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Obtido em 11 de Janeiro de 2021 in [https://www.bing.com/search?q=Keynes.+\(1936\).+The+General+Theory+of+Employment%2](https://www.bing.com/search?q=Keynes.+(1936).+The+General+Theory+of+Employment%2)

Mayrhofer, U. & Prange, C. (2015). Multinational Corporations (MNCs) and Enterprises (MNEs). *International Management*.. 6 Obtido a 11 de Maio de 2021. <https://doi.org/10.1002/9781118785317.weom060148>.

Mishkin, Frederic S. (1995). Symposium on the Monetary Transmission Mechanism. *Journal of Economic Perspectives*, 9 (4), pp. 3-10. Obtido a 22 de Abril de 2021

Moreira, A. (2010). *Crescimento e Desenvolvimento Económico* (2ª ed.). Portugal: Sílabo Editora.

Nascimento, M. (2018). ABORDAGEM QUANTITATIVA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: INVESTIGAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR, *Revista tempo e Espaços em Educação*, 11(25), pp 254. DOI:10.20952/revtee.v11i25.7075

OECD (2008). *Benchmark Definition of Foreign Direct Investment*. (4 ed.) pp. 69-70 OECD Publishing. <https://www.oecd.org>.

Oshiro, F. & Marques R. M. (2016). O Conceito de Desemprego e sua medição no século XX. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 15(2), p. 293 – 307. In 10.15448/1677-9509.2016.2.25347 obtido em Agosto 2021.

Porter, A. et al. (2017). *Perspetivas e desafios crescimento e desenvolvimento humano - Moçambique até 2040*. [https:// issafrica.s3.amazonaws.comkhan](https://issafrica.s3.amazonaws.comkhan).

Quivy, R. & Campendoudt, L. (2018). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

United Nations Development Programme [UNDP] (2021). *Relatório de Desenvolvimento Humano (2020)*. USA: UNDP. in [hdr_2020_overview_portuguese.pdf](#) (undp.org) obtido em 30 de Julho de 2021.

UNCTAD (2021). *Relatório de Investimento Mundial*, /ONU News. Obtido a 03 de Agosto de 2021.

Augusto, C., Souza, J., Dellagnelo, E., & Cario, S. (2013). Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). *Revista Econ. Sociol. Rural*, 51(4), pp. 745-764. <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ>

Santos, A. A., Gallardo, G. & Filipe, M. (2017). *Africa Economic Outlook, Moçambique*. Obtido em 04 de Maio de 2021 In www.africaeconomicoutlook.org

Samuelson, P., & Nordhaus, W. (1992). *Economia*. (14ª ed.) Portugal: Mcgraw-Hill Editora.

Siddiquee, Md. Noman, & Rahman, M. (2020). Foreign Direct Investment, Financial Development, and Economic Growth Nexus in Bangladesh. *The American Economist*. pp. 1-16. <https://doi.org/10.1177/0569434520938673>.

Solow, Robert M. (1956). A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), pp. 65-94. <https://doi.org/10.2307/1884513>.

Teixeira et al. (2007). *A triangulação metodológica na divisão de Administração Pública e Gestão Social do EnAnpad: analisando a área mais representativa entre os estudos que utilizaram a triangulação nos anais de 2007 a 2009*. Obtido a 05 de Outubro de 2021 In <https://www.scielo.br/j/jfyxvvrqBwqGDg6Z9jgGBvM/?lang=pt&format=pdf>.

Williamson, J. (2003). *Exchange Rate Policy and Development Presented in Initiative for Policy Dialogue Task Force on Macroeconomics*. Columbia: New York. Obtido a 29 de Abril de 2021 <https://www.google.com/search?q=Williamson%2C+J>.

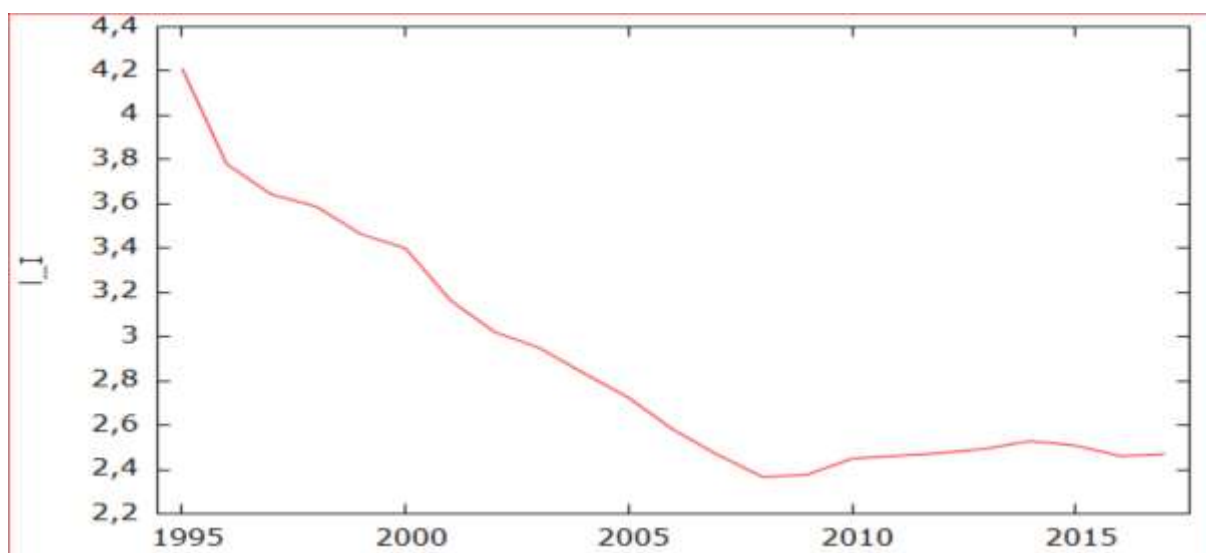
World Bank (2021). In <https://data.worldbank.org> obtido a 05 de Agosto de 2021

World Bank (2019). In <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public> em Outubro de 2021

World Economic Forum [WEF] (2019). *Relatório Final sobre o Fórum Económico Mundial. Ambiente Favorável para as Empresas Sustentáveis*. In www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp obtido em Outubro de 2021.

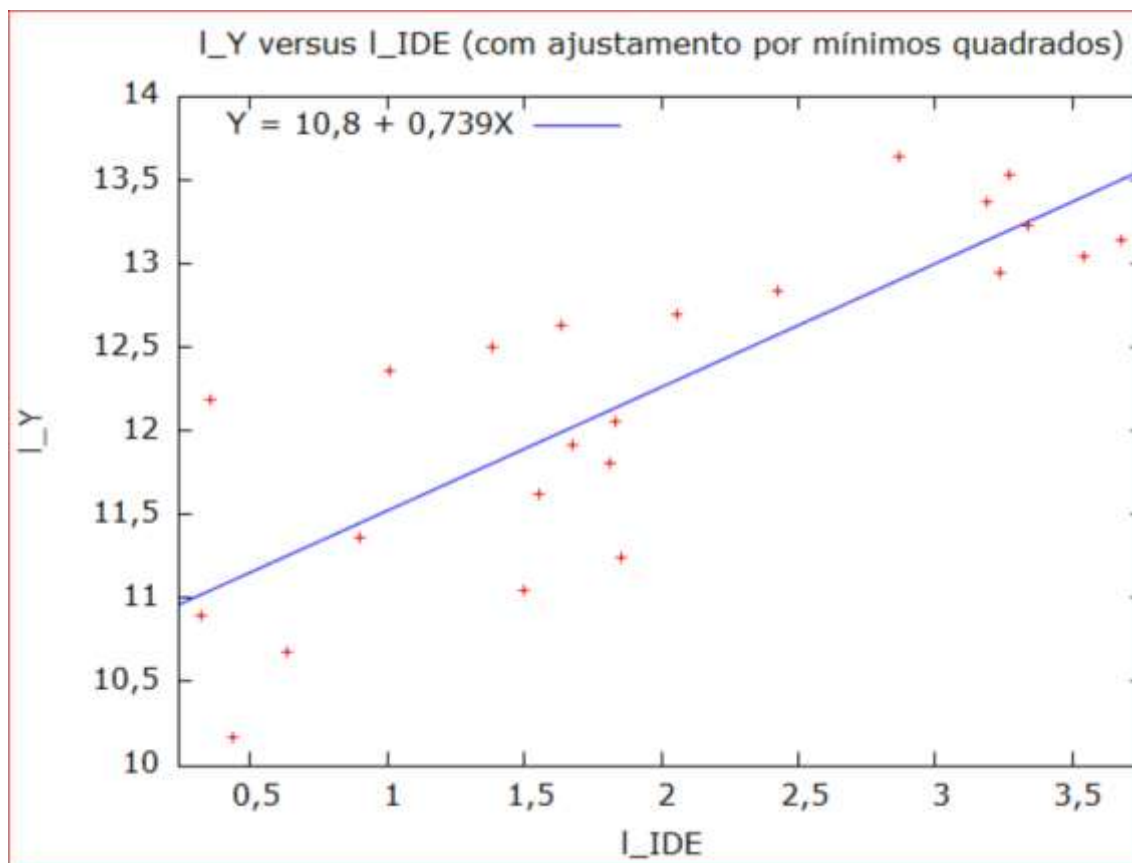
Anexos

Evolução negativa do Investimento

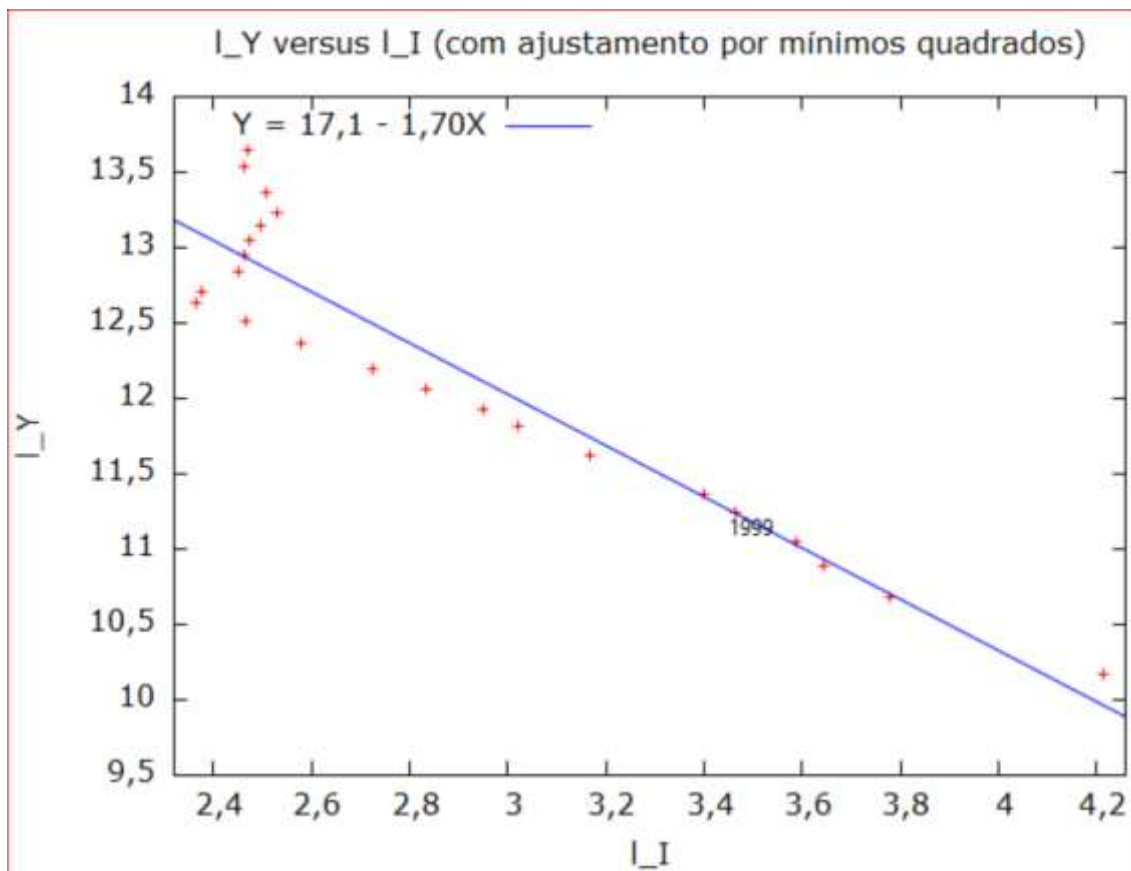


Fonte: Própria de Gretl (2021)

Dispersão



Fonte: Gretl (2021)



Fonte: Própria de Gretl (2021)

Análise de Variância:

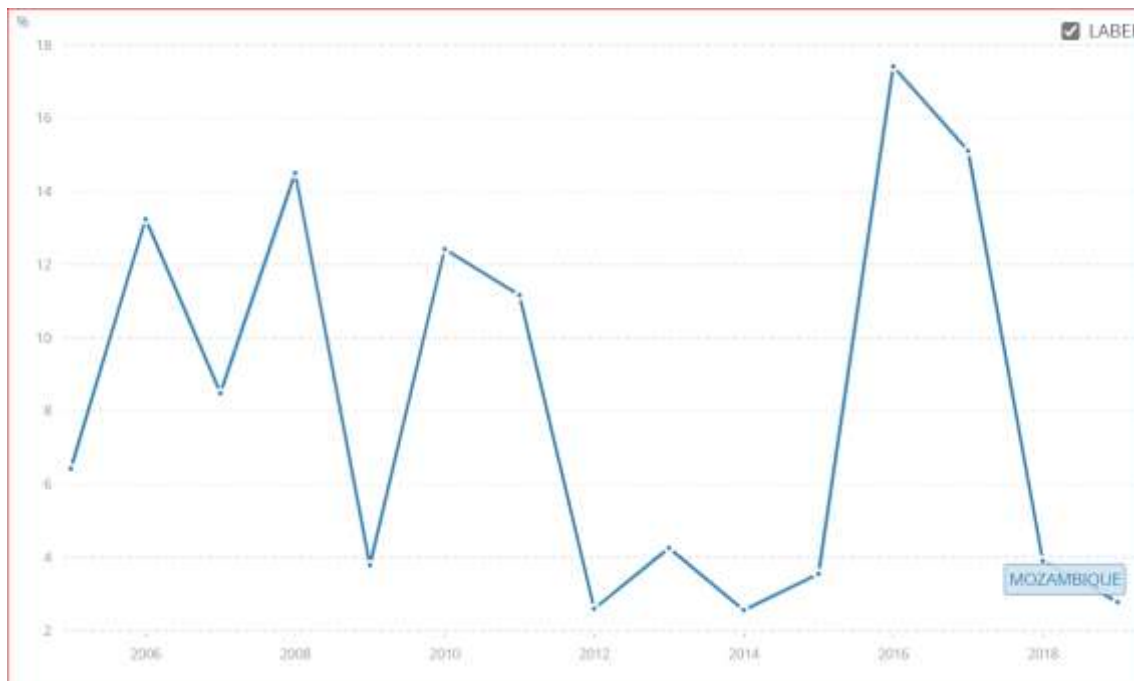
	Soma de quadrados	gl	Quadrado da média
Regressão	13,4384	2	6,71918
Resíduo	0,224615	16	0,0140384
Total	13,663	18	0,759054

$$R^2 = 13,4384 / 13,663 = 0,983560$$

$$F(2, 16) = 6,71918 / 0,0140384 = 478,628 \text{ [valor p } 5,34e-015]$$

Fonte: Própria de Gretl (2021)

Índice de preços do consumidor (anual %)



Fonte: The World Bank (2021) in <https://data.worldbank.org> obtido a 05 de Agosto de 2021

Taxa de câmbio médio do período, 1960-2020 (MT/USD)



Fonte: The World Bank, Fundo Monetário Internacional, Estatísticas Financeiras Internacionais (2021)

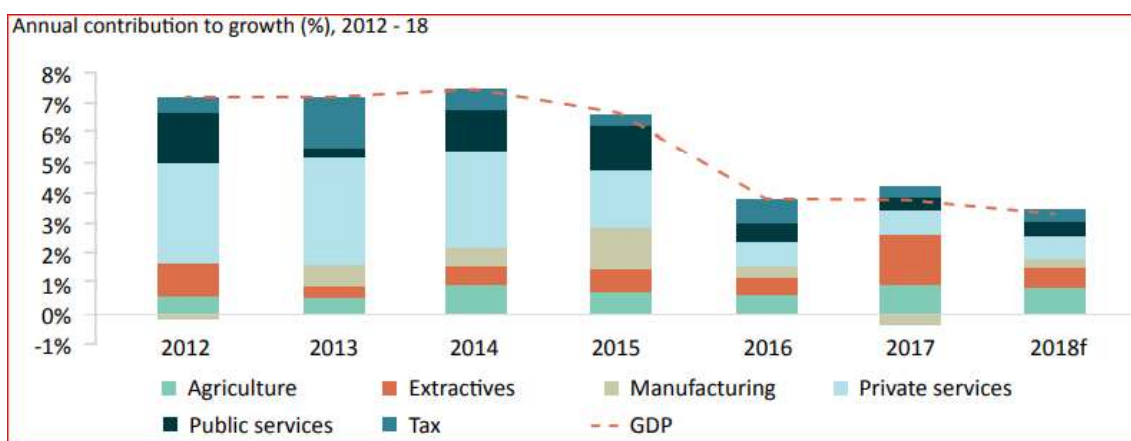
Regressão de cointegração -
Mínimos Quadrados (OLS), usando as observações 1995-2017 (T = 23)
Variável dependente: l_Y

	coeficiente	erro padrão	rácio-t	valor p	
const	15,3777	0,439191	35,01	2,02e-019	***
l_I	-1,29871	0,120934	-10,74	9,42e-010	***
l_IDE	0,303490	0,0608538	4,987	7,08e-05	***

Média var. dependente	12,21432	D.P. var. dependente	0,978314
Soma resid. quadrados	1,051652	E.P. da regressão	0,229309
R-quadrado	0,950055	R-quadrado ajustado	0,945060
Log. da verosimilhança	2,843428	Critério de Akaike	0,313145
Critério de Schwarz	3,719627	Critério Hannan-Quinn	1,169865
rho	0,721428	Durbin-Watson	0,693287

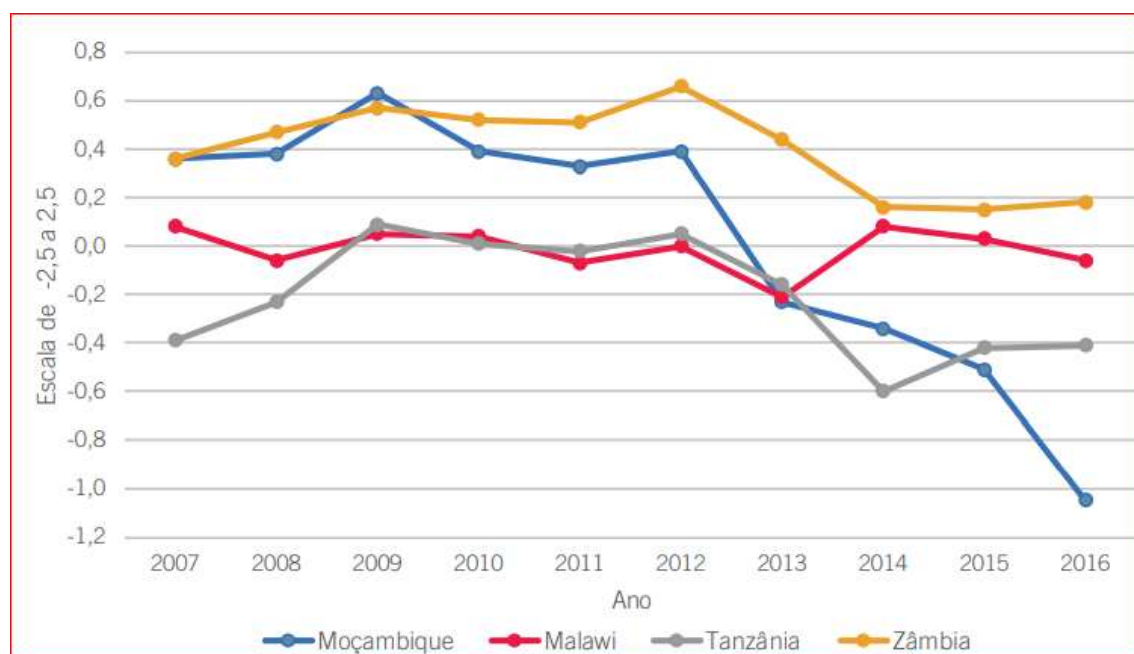
Fonte: Própria. Adaptada de Gretl (2021)

Taxa de crescimento do PIB, com contribuição de alguns setores



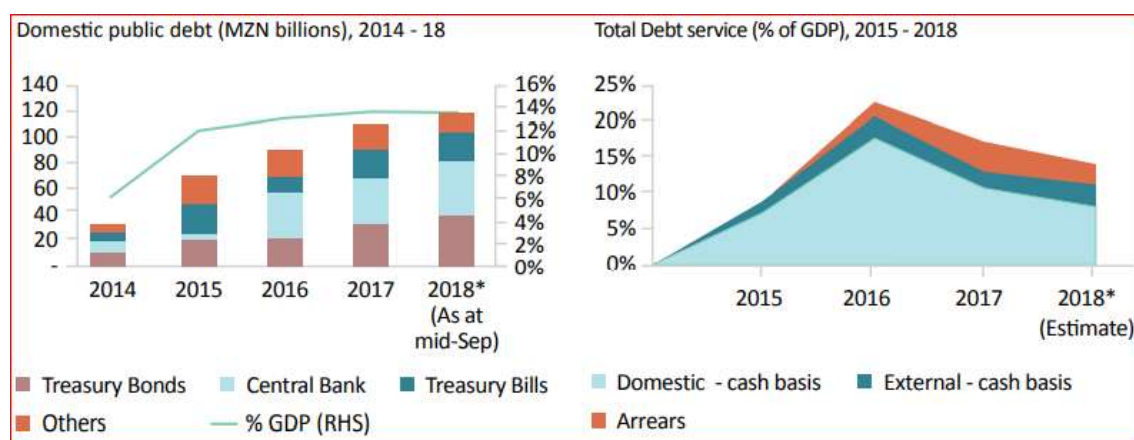
Fonte: INE, World Bank staff estimates (2018)

Indicadores de Estabilidade Política e Ausência de Violência /Terrorismo Países seleccionados World Bank 2009-2016



Fonte: World Bank, (2019).

Dívida doméstica continua crescendo, à direita o fardo dessa dívida



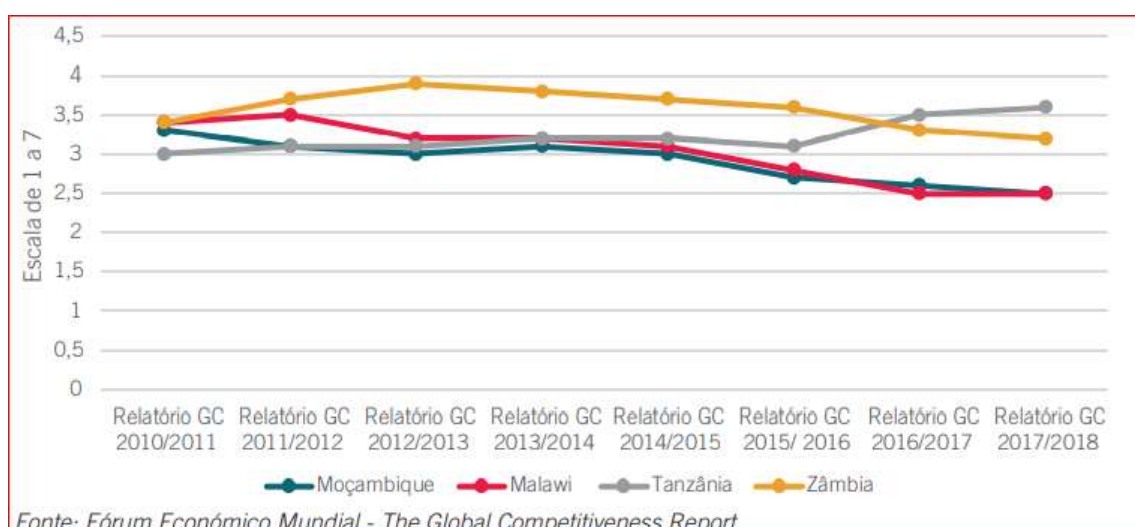
Fonte: World Bank staff estimates, BM, MEF, BVM, (2018)

Moçambique, saldo da conta corrente (Balança de pagamentos BoP atual, USD Biliões)



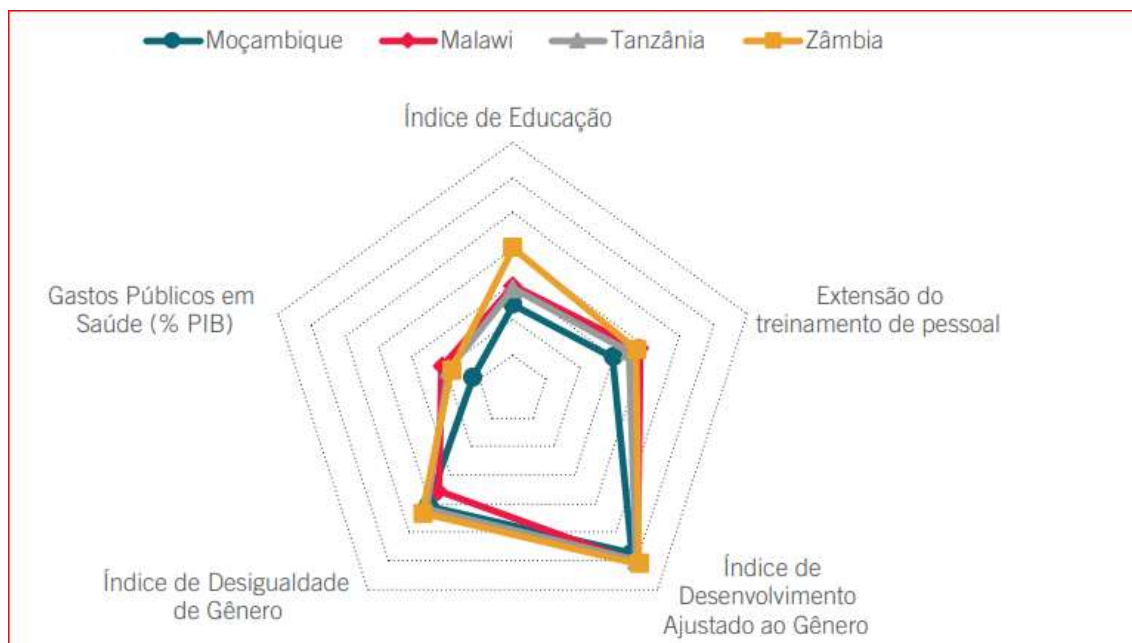
Fonte: World Bank, (2021)

Índice geral de infraestruturas



Fonte: Fórum Económico Mundial, (2019)

Elementos sociais



Fonte: Fórum Económico Mundial, (2019)